



Prestação de contas.

Exercício de 2018

Conteúdo

A. ÍNDICE DA INFORMAÇÃO GRÁFICA	4
B. INTRODUÇÃO	6
C. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	9
1. Enquadramento Macroeconómico.....	9
2. Organização Municipal	11
2.1. Órgãos Autárquicos	11
2.2. Organização dos Serviços Municipais.....	11
3. Recursos Humanos.....	12
3.1 Total de Trabalhadores.....	12
3.2 Despesa com Pessoal.....	13
4. Análise Económica e Financeira e Orçamental	15
4.1 Equilíbrio Orçamental.....	15
4.2 Execução Orçamental da Receita	16
4.3 Execução Orçamental da Despesa.....	21
4.3.1 Despesa Corrente	24
4.3.2 Despesa de Capital	27
4.4 Relacionamento da Despesa com a Receita	28
4.5 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano	29
4.6 Execução Orçamental do Plano do Plurianual de Investimentos.....	32
4.7 Execução Orçamental das Actividades Mais Relevantes.....	33
4.8 Evolução da Dívida.....	34
4.9 Posição Face aos Limites de Endividamento	35
4.10 Análise Patrimonial.....	37
4.11 Indicadores de Gestão Financeira e de Execução Orçamental.....	43
4.12 Responsabilidades Contingentes.....	44
4.13 Consolidação de Contas.....	44
4.14 Contabilidade de custos.....	47
4.15 Resultado Líquido do Exercício.....	52
5. Relatório do Estatuto do Direito de Oposição	53
6. Atividade Municipal	56
6.1 Administração Geral	57
6.2 Proteção Civil e Lutar Contra Incêndios.....	58
6.3 Educação.....	59
6.4 Saúde	60
6.5 Ação Social.....	60
6.6 Ordenamento do Território.....	61
6.7 Saneamento.....	62
6.8 Abastecimento de Água.....	63
6.9 Resíduos Sólidos	64
6.10 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	65

6.11 Cultura	65
6.12 Desporto, Recreio e Lazer.....	66
6.13 Indústria e Energia.....	67
6.14 Transportes e Comunicação	67
6.15 Turismo.....	68
6.16 Transferências entre Administrações.....	68
6.17 Empreitadas.....	69
6.18 Candidaturas a Fundos Comunitários.....	72
D. Documentos de Prestação de Contas.....	74
1. Balanço.....	75
2. Demonstração de Resultados.....	76
3. Controlo Orçamental da Receita	77
4. Controlo Orçamental da Despesa.....	78
5. Execução das Grandes Opções do Plano.....	79
6. Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	80
7. Execução das Atividades Mais Relevantes	81
8. Fluxos de Caixa (Resumo e Desagregado).....	82
9. Contas de Ordem	83
10. Operações de Tesouraria.....	84
11. Descontos e Retenções	85
12. Entrega de Descontos e Retenções	86
13. Caracterização da Entidade.....	87
14. Anexos às Demonstrações Financeiras	88
15. Modificações do Orçamento – Receita.....	89
16. Modificações do Orçamento – Despesa	90
17. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos.....	91
18. Modificações às Atividades Mais Relevantes	92
19. Contratação Administrativa - Situação dos Contratos	93
20. Transferências Correntes – Despesa	94
21. Transferências de Capital – Despesa	95
22. Subsídios Concedidos	96
23. Transferências Correntes – Receita.....	97
24. Transferências de Capital – Receita.....	98
25. Subsídios Obtidos.....	99
26. Ativos de Rendimento Fixo	100
27. Ativos de Rendimento Variável.....	101
28. Participações Societárias e Não Societárias.....	102
29. Alienação de Participações Societárias	103
30. Empréstimos Obtidos	104
31. Outras Dívidas a Terceiros	105

7/17

32.	Dívidas a Fornecedores; por Maturidade	106
33.	Síntese das Reconciliações Bancárias	107
34.	Mapa de Fundos de Maneio	108
35.	Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais.....	109
36.	Relação de Acumulação de Funções	110
37.	Relação Nominal de Responsáveis	111
38.	Declaração de Compromissos Plurianuais.....	112
39.	Declaração de Pagamentos em Atraso	113
40.	Declaração de Recebimentos em Atraso.....	114
41.	Certificação Legal de Contas e Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas	115

A. ÍNDICE DA INFORMAÇÃO GRÁFICA

Quadros

- Quadro 1 – Documentos de Prestação de Contas
- Quadro 2 – Projeções do Banco de Portugal
- Quadro 3 – Organigrama dos Serviços Municipais
- Quadro 4 – Evolução do total de trabalhadores
- Quadro 5 – Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira
- Quadro 6 – Evolução da despesa com pessoal, variação ao ano anterior
- Quadro 7 – Execução orçamental da receita e da despesa de 2018
- Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos do RFALEI
- Quadro 9 – Evolução da estrutura da receita, 2016 - 2018, peso das rubricas
- Quadro 10 – Evolução da estrutura da receita, variação 2016 - 2018
- Quadro 11 – Evolução da estrutura da despesa, 2016 – 2018, peso por rubricas
- Quadro 12 – Estrutura da despesa, variação 2016-2018
- Quadro 13 – Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2016-2018
- Quadro 14 – Rubricas relevantes na despesa de Aquisição de Bens e Serviços
- Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2016-2018
- Quadro 16 – Estrutura da despesa de capital, variação 2016 - 2018
- Quadro 17 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2016 – 2018
- Quadro 18 – Execução das Grandes Opções do Plano
- Quadro 19 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos
- Quadro 20 – Execução das Atividades Mais Relevantes
- Quadro 21 – Evolução da dívida
- Quadro 22 – Cronograma de subscrição do FAM
- Quadro 23 – Posição do limite face à dívida total
- Quadro 24 – Composição dos Proveitos e Ganhos Operacionais, variação Ano 2018-2017
- Quadro 25 – Composição dos Custos e Perdas Operacionais, variação ano 2018-2017
- Quadro 26 – Resultado Líquido do Exercício, variação Ano 2018-2017
- Quadro 27 – Indicadores de gestão e de Execução Orçamental 2015 – 2018
- Quadro 28 – Perímetro da consolidação, nos termos do RFALEI
- Quadro 29 – Apuramento de Custos por função
- Quadro 30 – Evolução das Grandes Opções do Plano, 2014 - 2018
- Quadro 31 – Ponto de situação – candidaturas ao Portugal 2020

Gráficos

- Gráfico 1 – Gráfico do Relatório Banco de Portugal sobre Exportações Portuguesas de Turismo
- Gráfico 2 – Evolução do total de trabalhadores
- Gráfico 3 – Evolução da despesa com pessoal
- Gráfico 4 – Estrutura da receita de 2018
- Gráfico 5 – Estrutura das transferências correntes e de capital 2018
- Gráfico 6 – Estrutura dos impostos diretos de 2018
- Gráfico 7 – Evolução da estrutura da receita, variação 2016-2018
- Gráfico 8 – Estrutura da despesa total de 2018
- Gráfico 9 – Estrutura da despesa corrente de 2018
- Gráfico 10 – Evolução da despesa corrente, variação 2016 – 2018
- Gráfico 11 – Estrutura da despesa de capital de 2018
- Gráfico 12 – Evolução da estrutura da despesa de capital, 2016 - 2018
- Gráfico 13 – Evolução da receita e da despesa corrente, 2016 – 2018
- Gráfico 14 – Evolução da receita e da despesa de capital, 2016 – 2018
- Gráfico 15 – Execução das Grandes Opções do Plano, por funções
- Gráfico 16 – Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos), peso por função
- Gráfico 17 – Evolução da dívida, 2013 - 2018
- Gráfico 18 – Síntese do Balanço Ano 2018
- Gráfico 19 – Composição do Ativo Líquido – Ano 2018
- Gráfico 20 – Evolução do Ativo Líquido – Ano 2018
- Gráfico 21 – Composição dos Fundos Próprios – Ano 2018
- Gráfico 22 – Evolução dos Fundos Próprios
- Gráfico 23 – Composição do Passivo Ano 2018
- Gráfico 24 – Evolução do montante do Passivo
- Gráfico 25 – Composição dos Proveitos
- Gráfico 26 – Composição dos Custos
- Gráfico 27 – Administração Geral
- Gráfico 28 – Proteção Civil e Luta contra Incêndios
- Gráfico 29 – Serviços Auxiliares de Ensino
- Gráfico 30 - Ação Social
- Gráfico 31 - Ordenamento do Território
- Gráfico 32 – Licenciamento Urbanismo
- Gráfico 33 – Saneamento
- Gráfico 34 - Volume de efluentes tratados (m3) (ETAR Minde + Sistema ACL)
- Gráfico 35 - DESEMPENHO (m3)
- Gráfico 36 - Resíduos / ano (Ton.)
- Gráfico 37 - Cultura
- Gráfico 38 - Desporto, Recreio e Lazer
- Gráfico 39 – Indústria e Energia
- Gráfico 40 – Transportes e Comunicações
- Gráfico 41 - Transferências entre Administrações
- Gráfico 42 – Ponto de situação - Candidaturas ao Portugal 2020

B. INTRODUÇÃO

Em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001, - *Instruções nº 1/2001 — 2ª Secção — instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)* - publicada na II Série do Diário da República, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013, - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 14 de Novembro de 2013, publicada no Diário da República (com a indicação Resolução n.º 26/2013), 2.ª Série, n.º 226, de 21 de Novembro de 2013, conforme o previsto nos referidos diplomas, o Município tem de remeter ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, a Prestação de Contas do ano anterior.

Compete ao Presidente da Câmara submeter os documentos de prestação de Contas à Câmara Municipal para aprovação e à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Os documentos de prestação de contas são relevantes porque contêm um conjunto de informações sobre a situação funcional, operacional e económica da autarquia. Tais informações destinam-se não só à apreciação dos órgãos executivo, deliberativo e fiscalizador (Tribunal de Contas), mas também de terceiros, tais como, fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral.

A prestação de contas serve para informar de forma eficiente, eficaz, e transparente, a forma como foram aplicados os recursos públicos.

Nos termos do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo DL nº 85/2016, de 21 de dezembro, encontrava-se prevista a entrada em vigor do SNC-AP, durante o ano 2018 este prazo foi alargado para Junho de 2019. Assim, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) entra em vigor em Junho de 2019 para o subsector da administração local, apesar de terem sido diligenciados, por este município, os procedimentos contabilísticos tendentes à sua implementação no exercício de 2019.

Quanto à metodologia utilizada para este documento, foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Fazem parte da Prestação de Contas os documentos constantes do quadro abaixo:

Quadro 1 – Documentos de prestação de contas

N.º	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO POCL	GRUPO 1	Ponto dos Documentos de Prestação de Contas
1	· Balanço	5	X	1
2	· Demonstração de resultados	6	X	2
3.1	· Controlo orçamental da despesa	7.1	X	4
3.2	· Balancete das grandes opções do plano	7.4	X	5
3.3 e 23	· Balancete do plano plurianual de investimentos	7.4 e 8.3.3.	X	6
3.4	· Balancete das atividades mais relevantes	7.4	X	7
4	· Controlo orçamental da receita	7.2	X	3
5	· Fluxos de caixa	7.3.	X	8
6.1	· Contas de ordem	7.5	X	9
6.2	· Operações de tesouraria	7.6	X	10
17	· Caracterização da entidade	8.1	X	13
18	· Notas ao balanço e à demonstração de resultados	8.2	X	14
19.1	· Modificações do orçamento - despesa	8.3.1.2	X	16
19.2	· Modificações ao plano plurianual de investimentos	8.3.1.2	X	17
19.3	· Modificações às atividades mais relevantes	8.3.1.2	X	18
20	· Modificações do orçamento - receita	8.3.1.1	X	15
21 e 22	· Contratação administrativa	8.3.3	X	19
24	· Transferências correntes - despesa	8.3.4.1	X	20
25	· Transferências de capital - despesa	8.3.4.2	X	21
26	· Subsídios concedidos	8.3.4.3	X	22
27	· Transferências correntes - receita	8.3.4.4	X	23
28	· Transferências de capital - receita	8.3.4.5	X	24
29	· Subsídios obtidos	8.3.4.6	X	25
30	· Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X	26
31	· Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X	27
32	· Empréstimos	8.3.6.1	X	30
32	· Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	X	31
33	· Relatório de gestão	13	X	--
34	· Guia de remessa	--	X	--
35	· Relação nominal de responsáveis	--	X	37
36	· Ata da reunião de apreciação das contas	--	X	--
37	· Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X	--
38	· Relação dos documentos de receita e de despesa	--	X	--
39	· Certidões dos extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício	--	X	--
40	· Certidões dos juros obtidos no exercício	--	X	--
41	· Certidões das verbas referidas de outras entidades	--	X	--
42 e 43	· Reconciliações bancárias	--	X	33
44	· Relação de acumulação de funções	--	X	36
45	· Balancetes sintéticos após o apuramento dos resultados	--	X	--
46	· Relatório e parecer do órgão de fiscalização	--	X	--
--	· Mapa de Fundos de Maneio	--	X	34
--	· Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais	--	X	35
--	· Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X	--

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentamos à aprovação da Câmara Municipal, o Relatório de Gestão relativo ao Exercício de 2018 e respetivos Documentos de Prestação de Contas.

À Câmara Municipal incumbirá, em coerência com a alínea i) do n.º 1 do Artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 2 de setembro, submeter estes documentos à Assembleia Municipal para que este Órgão Deliberativo, no exercício das competências que lhe atribui a alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º do mesmo diploma, os aprecie e vote.

Município de Porto de Mós, 10 de abril de 2019

O Presidente da Câmara,

(José Jorge Couto Vala)

PRESENTE A REUNIÃO

DE
25/04/2019
DELIBERAÇÃO

Aprovar o documento,
com 3 alterações dos
vereadores Sofia Coutinho,
Fernando Amado e
Amália Martins e
submeter à apreciação
e votação da Assembleia
Municipal

C. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento Macroeconómico

De acordo com dados publicados pelo INE em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,1% em volume, menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. Em termos nominais, o PIB aumentou 3,6% (4,4% em 2017), tendo atingido 201,5 mil milhões de euros. A procura externa líquida registou um contributo de -0,7 p.p. para a variação em volume do PIB (-0,3 p.p. em 2017), verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços mais acentuada que a das Importações de Bens e Serviços. O contributo positivo da procura interna diminuiu para 2,8 p.p. (3,1 p.p. em 2017), refletindo o crescimento menos intenso do Investimento. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços representou 0,1% do PIB (0,8% em 2017).

Quadro 2 – Projeções do Banco de Portugal

Quadro I.1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2018-2021 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2017	BE dezembro 2018					BE outubro 2018	BE junho 2018		
		2017	2018 ^(a)	2019 ^(a)	2020 ^(a)	2021 ^(a)	2018 ^(a)	2018 ^(a)	2019 ^(a)	2020 ^(a)
Produto Interno Bruto	100	2,8	2,1	1,8	1,7	1,6	2,3	2,3	1,9	1,7
Consumo privado	65	2,3	2,3	2,0	1,8	1,6	2,4	2,2	1,9	1,7
Consumo público	18	0,2	0,7	0,1	0,0	0,2	0,7	0,8	0,1	0,2
Formação bruta de capital fixo	17	9,2	3,9	6,6	5,9	4,9	3,9	5,8	5,5	5,4
Procura interna	99	3,0	2,4	2,4	2,2	2,0	2,4	2,5	2,2	2,1
Exportações	43	7,8	3,6	3,7	4,0	3,6	5,0	5,5	4,6	4,3
Importações	42	8,1	4,1	4,7	4,9	4,2	5,1	5,7	5,0	5,0
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) ^(a)										
Procura interna		1,3	1,2	1,2	1,0	1,0	1,2	1,1	1,0	0,9
Exportações		1,5	0,9	0,7	0,7	0,6	1,1	1,2	0,9	0,8
Emprego ^(b)		3,3	2,2	1,2	0,9	0,4	2,3	2,6	1,2	0,9
Taxa de desemprego		8,9	7,0	6,2	5,5	5,3	7,0	7,2	6,2	5,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,4	1,3	1,3	1,3	1,6	1,4	1,8	1,8	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		1,8	1,5	1,1	0,9	0,7	1,3	0,9	1,0	0,9
Índice harmonizado de preços no consumidor		1,6	1,4	1,4	1,5	1,6	1,4	1,4	1,5	1,4

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2013. Para mais informações, ver a Caixa “O conteúdo importado da procura global em Portugal”, Boletim Económico de dezembro 2017. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

No horizonte 2018-2021, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração (Quadro I.1.1). O perfil projetado corresponde a uma fase de maturação do ciclo económico. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o

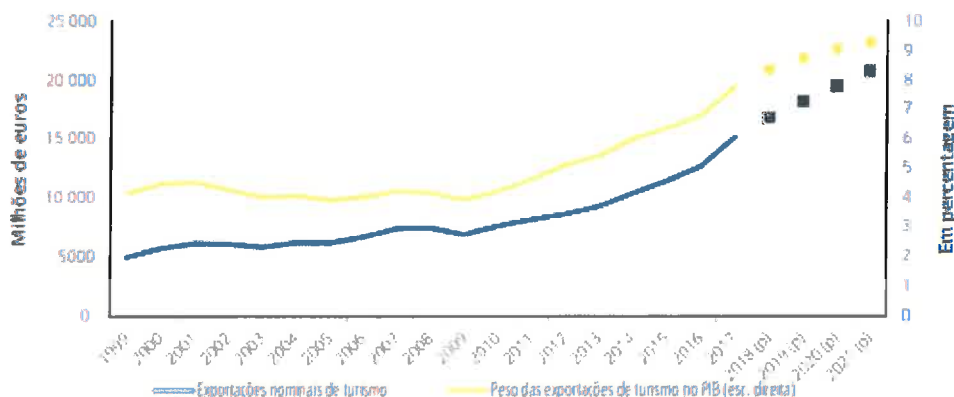
conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE), no âmbito do exercício e projeção do Euro sistema de dezembro de 2018.

O Município alinhado com a política de desenvolvimento económico e criação de postos de trabalho para potenciar e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, está investir na aquisição de terrenos para alargamento do Parque Industrial de Porto de Mós para a nova Área de Localização Empresarial (ALE).

O crescimento das exportações de turismo tem suplantado largamente o das importações do mesmo tipo de serviços, traduzindo-se num alargamento do excedente da balança de viagens e turismo. Em percentagem do PIB, este excedente mais do que duplicou entre 2010 e 2017, de 2,6% para 5,6% (Gráfico 2). A evolução do saldo turístico com o exterior tem tido um contributo importante para a manutenção da capacidade de financiamento da economia portuguesa face ao exterior nos anos recentes, no contexto de alguma deterioração dos saldos das restantes balanças (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Gráfico do Relatório Banco de Portugal Sobre Exportações Portuguesas de Turismo

Gráfico 1 • Exportações portuguesas de turismo | Milhões de euros e percentagem do PIB



Fonte Relatório do Banco de Portugal

O Município de Porto de Mós atento a esta realidade aposta no investimento público na área do turismo para que possa atrair cada vez mais turistas à região, uma vez que possui recursos naturais e históricos de elevada valia. Realizou no ano 2018 obras de requalificação do Castelo de Porto de Mós e deu início à criação de uma rede de turismo de natureza do concelho de Porto de Mós. Este investimento representa uma mais-valia para a região e para o setor.

O setor do turismo tem vindo a ganhar importância no PIB e no emprego. Estas perspetivas positivas para a atividade turística em Portugal comportam, no entanto, importantes desafios, e o sector público deve acompanhar os privados para cada vez apresentarem mais dinamismo para atração de turistas na região.

2. Organização Municipal

2.1. Órgãos Autárquicos

De acordo com o disposto no n.º 2 do Artigo 75.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das autarquias locais têm a duração de quatro anos.

O ano em análise é o primeiro ano de mandato dos órgãos eleitos em 01 de outubro de 2017, onde foi executado o programa eleitoral sufragado pelos portomosenses nesse mesmo dia. As demonstrações financeiras demonstram a estratégia delineada pelo executivo para o ano de 2018, que o executivo vem apresentar a todos os interessados.

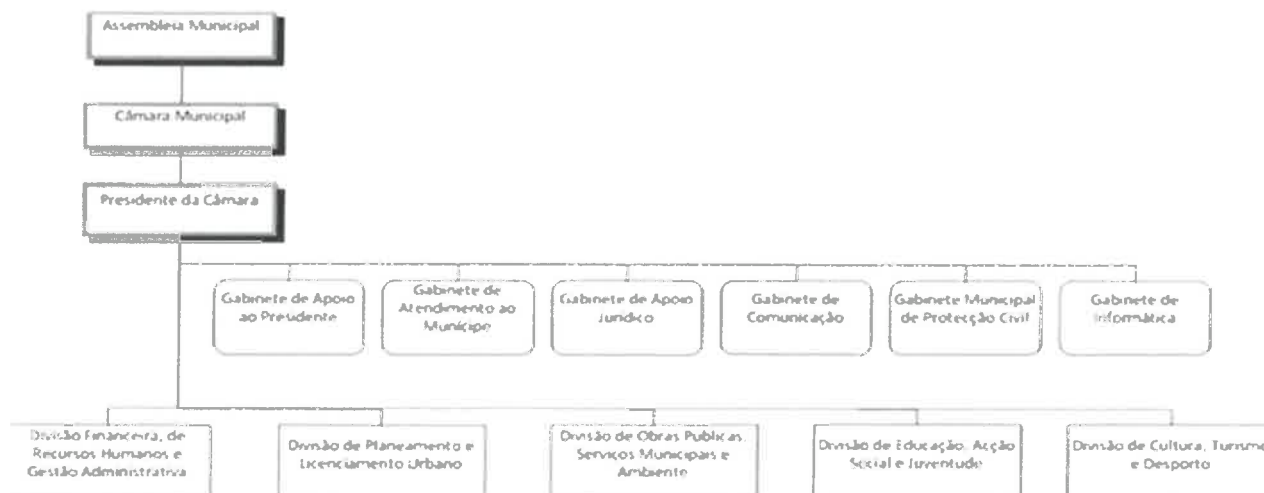
A responsabilidade executiva do Exercício de 2018 encontra-se descrita no ponto 37 dos Documentos de Prestação de Contas – “Relação Nominal de Responsáveis”.

2.1. Organização dos Serviços Municipais

O modelo de estrutura orgânica da Câmara Municipal de Porto de Mós, estrutura hierarquizada constituída por unidades orgânicas flexíveis, foi aprovado pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 20 de dezembro de 2012, no uso da competência prevista na alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. O Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal que vigorou no ano em análise foi aprovado em reunião de Câmara de 27 de Dezembro de 2012, tendo sido publicado em Diário da República II Série nº 17 em 24 de Janeiro de 2013.

Os serviços municipais estão representados na seguinte apresentação gráfica:

Quadro 3 - Organigrama dos Serviços Municipais



3. Recursos Humanos

3.1 Total de Trabalhadores

Em 31 de Dezembro de 2018 o número de trabalhadores ao serviço do Município de Porto de Mós fixava-se em 321 conforme quadro abaixo.

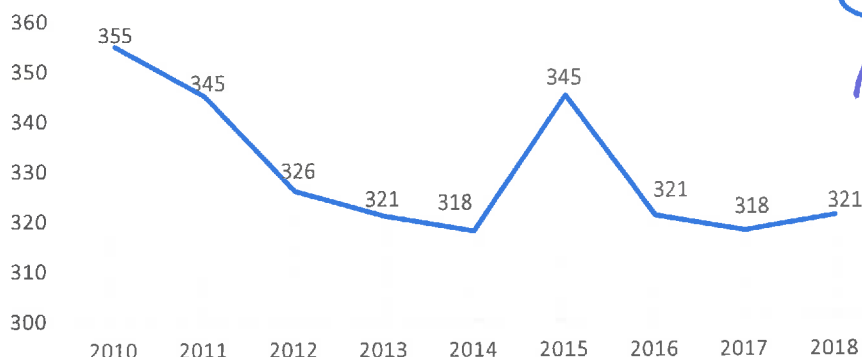
De realçar neste ponto que o Município de Porto de Mós dando cumprimento ao estabelecido na Lei nº 112/2017 de 29/12, que determinou a criação de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado – PREVPAP, integrou 24 trabalhadores que ocupavam postos de trabalho correspondentes a necessidades permanentes dos serviços.

Quadro 4 – Evolução do total de trabalhadores

ANO	Número de trabalhadores (inclui avenças	Eleitos locais em regime de permanência e membros dos respetivos gabinetes	Número total de trabalhadores
2010	349	6	355
2011	338	7	345
2012	319	7	326
2013	315	6	321
2014	311	7	318
2015	338	7	345
2016	314	7	321
2017	314	5	319
2018	314	7	321

No gráfico seguinte podemos verificar que o número de trabalhadores ao serviço do Município pouco tem oscilado ao longo dos últimos 3 anos. O aumento de 3 trabalhadores no ano 2018 deu-se essencialmente à colmatação de necessidades verificadas nas áreas da Educação, verificando-se ainda um reduzido número de movimentos de saída por aposentação, decorrente das penalizações aplicadas no regime de reforma antecipada e à expectativa dos trabalhadores relativamente à entrada em vigor de nova legislação em matéria de aposentação para as carreiras longas.

Gráfico 2 - Evolução do total de trabalhadores



A distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira, está evidenciada no quadro seguinte, que expressa, também, a comparação com os últimos oito anos.

De referir que a carreira de assistente operacional representa cerca de 60% dos trabalhadores do Município. A maioria destes trabalhadores está afeta à área educativa, incluindo o pessoal não docente da administração central que passou em 2011 para a autarquia.

Quadro 5 - Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira

	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18
Pessoal contratado por tempo indeterminado:	261	279	278	276	273	266	261	260	289
Pessoal dirigente	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Pessoal técnico superior	24	28	28	29	29	29	29	31	39
Pessoal Carreiras não revistas	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pessoal de informática	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Assistente Técnico	60	60	60	61	62	62	60	62	59
Assistente Operacional	170	184	183	179	175	168	165	160	184
Pessoal contratado por tempo resolutivo certo:	79	49	31	28	26	60	44	45	9
Pessoal técnico superior	3	0	0	0	0	22	0	1	1
Assistente Técnico	2	2	0	0	0	2	0	0	0
Assistente Operacional	74	47	31	28	26	36	44	44	8
Pessoal de informática	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações:	15	17	17	17	19	19	16	14	23
Pessoal em apoio aos Órgãos	1	2	2	2	2	2	2	2	3
Eleitos locais em regime de permanência	5	5	5	5	5	5	5	3	4
Prestadores de serviços	9	10	10	10	12	12	9	9	16
TOTAIS	355	345	326	321	318	345	321	319	321

3.2 Despesa com Pessoal

Em 2018 as despesas totais com pessoal fixaram-se em 5.152.450,94 €, representando um acréscimo de 6,17% (299.274,27€) relativamente ao exercício anterior, que corresponde essencialmente a alterações das posições remuneratórias dos trabalhadores, decorrente do artigo 18º da Lei do O.E. para o ano 2018, mas que não tem grande expressão financeira face aos valores

da execução orçamental global, bem como ao aumento do salário mínimo nacional que abrange um vasto conjunto de trabalhadores deste Município.

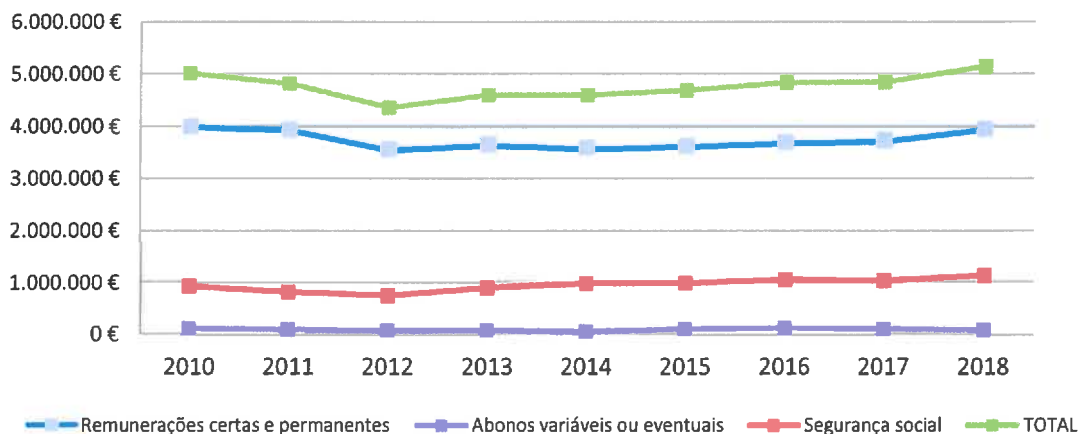
O gráfico e o quadro seguintes suportam a análise à evolução das despesas com pessoal no horizonte 2010-2018, segregando remunerações, abonos e segurança social, globalmente e em média (por trabalhador).

Da análise do gráfico nº3 podemos concluir que nos últimos dez anos a despesa com o pessoal não sofreu grandes oscilações.

Conforme demonstra o quadro nº6, a despesa com pessoal verificou um ligeiro acréscimo comparativamente ao ano transato de cerca de 6,17%. A variação positiva dos encargos com pessoal deve-se nomeadamente ao descongelamento de escalões e aumento do salário mínimo.

As remunerações certas e permanentes é a rubrica com maior peso no total da despesa com pessoal com o montante de 3.933.277,52€. O valor da despesa por trabalhador ascendeu em 2018 a 16.051,25€, correspondendo a um acréscimo de 5,50% em relação ao período homólogo.

Gráfico 3 - Evolução da despesa com pessoal (Valores totais)



Quadro 6 - Evolução da despesa com pessoal, variação ao ano anterior

Ano	N.º de trabalhadores	Despesa com pessoal (valores pagos)											
		Remunerações certas e permanentes			Abonos variáveis ou eventuais			Segurança social			TOTAL		
		Total (€)	Por trab. (€)	Var. ao ano anter.	Total (€)	Por trab. (€)	Var. ao ano ant.	Total (€)	Por trab. (€)	Var. ao ano ant.	Total (€)	Por trab. (€)	Var. ao ano ant.
2010	355	3.981.720,09	11.216,11	-----	109.152,91	307,47	-----	934.254,30	2.631,70	-----	5.025.127,30	14.155,29	-----
2011	345	3.919.913,49	11.362,07	-1,55%	85.221,62	247,02	-21,92%	820.864,00	2.379,32	-12,14%	4.825.999,11	13.988,40	-3,96%
2012	326	3.549.129,72	10.886,90	-9,46%	65.110,93	199,73	-23,60%	754.392,09	2.314,09	-8,10%	4.368.632,74	13.400,71	-9,48%
2013	321	3.640.102,90	11.339,88	2,56%	72.743,77	226,62	11,72%	899.134,47	2.801,04	19,19%	4.611.981,14	14.367,54	5,57%
2014	318	3.575.487,07	11.243,67	-1,78%	51.751,51	162,74	-28,86%	983.481,71	3.092,71	9,38%	4.610.720,29	14.499,12	-0,03%
2015	345	3.612.758,80	10.471,76	1,04%	97.234,31	281,84	87,89%	987.989,60	2.863,74	0,46%	4.697.982,71	13.617,34	1,89%
2016	321	3.680.561,55	11.465,92	2,94%	114.692,78	357,30	121,62%	1.053.832,27	3.282,97	7,15%	4.849.086,60	15.106,19	5,17%
2017	319	3.717.397,28	11.653,28	2,90%	99.657,15	312,40	2,49%	1.036.122,24	3.248,03	4,87%	4.853.176,67	15.213,72	3,30%
2018	321	3.933.277,52	12.253,20	5,81%	81.315,30	253,32	-18,40%	1.137.858,12	3.544,73	9,82%	5.152.450,94	16.051,25	6,17%

4. Análise Económica e Financeira e Orçamental

4.1 Equilíbrio Orçamental

A receita municipal, para efeitos de aferição do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, apresenta um registo de 20.242.077,11€, conforme demonstra o quadro seguinte. Neste valor está incluído o montante de 2.111.636,17€, proveniente do saldo da gerência anterior (2.109.671,16 €) e provenientes de reposições (1.965,01€). Por sua vez a despesa paga fixou-se em 19.717.966,61€.

Quadro 7 - Execução orçamental da receita e da despesa de 2018

	Previsão corrigida (€)	Realizado/Pago (€)	Peso relativo das componentes realizadas	Desvio
Receita Corrente	16 562 748,00	16 490 517,53	81,47%	-0,44%
Receita de Capital	2 602 935,00	1 639 923,41	8,10%	-37,00%
Outras receitas	2 111 671,16	2 111 636,17	10,43%	0,00%
Total (1)	21 277 354,16	20 242 077,11 (A)	100,00%	-4,87%
Despesa Corrente	14 417 260,92	12 986 581,23	73,30%	-9,92%
Despesa de Capital	6 860 093,24	4 731 385,38	26,70%	-31,03%
Total (2)	21 277 354,16	17 717 966,61 (B)	100,00%	-16,73%
Saldo para gerência seguinte (A-B)	2.524.110,50			

01 AF 17

PORTO MOS

5/10
975
Jan

No final do exercício económico a cobertura das despesas totais pelas receitas totais, resultam num saldo de 2.524.110,50 € que traduz o saldo para a gerência seguinte. O saldo para a gerência seguinte consta no Mapa de Fluxos de Caixa, ratificado em reunião da Câmara Municipal ocorrida em 17 de janeiro de 2019.

A cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes foi também assegurada, remanescendo um saldo de 3.503.936,30€.

A execução orçamental revela pois o cumprimento princípio do equilíbrio orçamental que emana da alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Em matéria de equilíbrio orçamental corrente, deve ainda considerar-se o conceito que emana do Artigo 40.º do RFALEI, segundo o qual “a receita corrente bruta deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”, conforme explanado no quadro seguinte.

Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos do RFALEI

Equilíbrio orçamental corrente nos termos do RFALEI	
(Receitas correntes ≥ (Despesas correntes + Amortizações médias das operações MLP)	
1. Receitas correntes cobradas brutas	16 490 518 €
2. Despesas correntes pagas	12 986 581 €
3. Amortizações médias das operações MLP	342 398 €
4. Saldo (1-(2+3))	3 161 538 €
	19,17%

O Exercício de 2018 regista um saldo corrente de 3,161m€ (19,17% sobre a receita corrente), o que **demonstra o cumprimento do equilíbrio corrente, nos termos do Artigo 40.º do RFALEI.**

O saldo orçamental positivo dos recebimentos correntes mostra que a execução orçamental corrente, para além de produzir meios suficientes para financiar as despesas correntes, cobriu ainda uma parcela das despesas de capital.

4.2 Execução Orçamental da Receita

No ano 2018, o grau de execução da receita total (receita cobrada bruta) foi de 95,13% em relação à receita global prevista em orçamento. Com uma previsão inicial de 19.167.683,00€ acrescida do saldo de gerência esta totalizou 21.277.354,16€, tendo sido executado 20.242.077,11€.

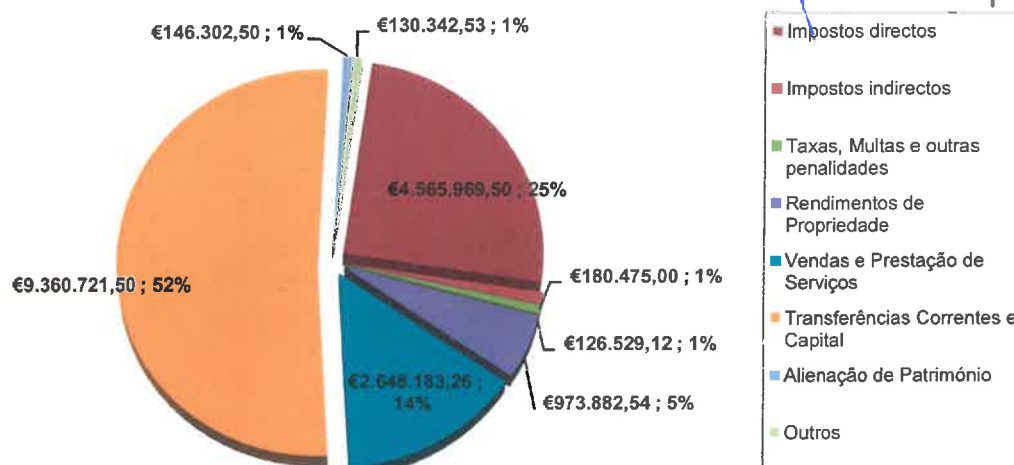
No quadro infra está evidenciada a estrutura da receita total do Município ao longo dos últimos 3 anos. Ao longo dos anos 2016, 2017 e 2018 as rubricas com maior peso são sempre as transferências correntes e de capital e os impostos diretos.

Quadro 9 - Evolução da estrutura da receita, 2016-2018, peso das rubricas

		2016		2017		2018	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1	Impostos diretos	4.204.994,66 €	22,58%	4.355.308,96 €	24,00%	4.665.969,50 €	25,18%
	Imposto Municipal sobre imóveis (IMI)	2.547.113,35 €	13,68%	2.602.187,25 €	14,34%	2.635.076,77 €	14,53%
	Imposto Único de Circulação	548.489,92 €	2,94%	584.254,04 €	3,22%	629.143,91 €	3,47%
	Imposto Municipal sobre transmissões (IMT)	569.139,90 €	3,06%	633.906,17 €	3,49%	737.714,39 €	4,07%
	Derrama	540.251,39 €	2,90%	534.961,50 €	2,95%	564.034,43 €	3,11%
	Impostos Abolidos (sisa e contr. Autárquica)	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
2	Impostos indiretos	124.817,95 €	0,67%	131.275,96 €	0,72%	180.475,00 €	1,00%
	Loteamentos e obras	80.174,01 €	0,43%	102.664,72 €	0,57%	142.915,08 €	0,79%
	Outros	44.643,94 €	0,24%	28.611,24 €	0,16%	37.559,92 €	0,21%
4	Taxas, Multas e outras penalidades	291.449,19 €	1,56%	242.907,63 €	1,34%	126.529,12 €	0,70%
	Mercados e feiras	14.114,47 €	0,08%	13.660,05 €	0,08%	13.055,23 €	0,07%
	Loteamento e Obras	55.772,27 €	0,30%	65.419,00 €	0,36%	76.481,50 €	0,42%
	Ocupação da via pública	7.131,96 €	0,04%	3.685,08 €	0,02%	3.666,91 €	0,02%
	Caça, uso e porte de arma	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
	Saneamento (taxa de conservação)	141.118,36 €	0,76%	8.961,37 €	0,05%	133,81 €	0,00%
	Taxa de Recolha de Lixo	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
	Taxa depósito ficha técnica hab.	204,89 €	0,00%	92,48 €	0,00%	172,26 €	0,00%
	Multas e outras penalidades	65.245,91 €	0,35%	142.754,15 €	0,79%	23.977,08 €	0,13%
	Outros	7.861,33 €	0,04%	8.335,40 €	0,05%	9.042,33 €	0,05%
5	Rendimentos de Propriedade	1.245.550,98 €	6,69%	997.888,49 €	5,50%	973.882,54 €	5,37%
7	Vendas e Prestação de Serviços	2.342.933,87 €	12,58%	2.866.137,03 €	15,79%	2.648.183,26 €	14,60%
	Livros e documentação técnica	1.485,30 €	0,01%	633,55 €	0,00%	279,50 €	0,00%
	Publicações e impressos	- €	0,00%	9,50 €	0,00%	1.305,00 €	0,01%
	Sucata	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
	Água	976.593,25 €	5,24%	991.532,21 €	5,46%	826.571,66 €	4,56%
	Eletricidade	- €	0,00%	9.510,81 €	0,05%	5.544,10 €	0,03%
	Outros	41.453,90 €	0,22%	3.970,03 €	0,02%	1.567,30 €	0,01%
	Serviços sociais	276.098,80 €	1,48%	270.287,44 €	1,49%	276.690,63 €	1,53%
	Serviços culturais	15.877,43 €	0,09%	20.583,20 €	0,11%	8.155,65 €	0,04%
	Serviços desportivos	153.352,39 €	0,82%	157.515,30 €	0,87%	190.724,11 €	1,05%
	Saneamento	970,86 €	0,01%	282.071,02 €	1,55%	278.801,36 €	1,54%
	Resíduos Sólidos	475.358,96 €	2,55%	690.107,04 €	3,80%	613.731,11 €	3,38%
	Transportes escolares	8.249,00 €	0,04%	9.047,00 €	0,05%	9.137,00 €	0,05%
	Cemitérios	7.648,05 €	0,04%	2.798,68 €	0,02%	6.396,22 €	0,04%
	Parques de estacionamento	4.348,42 €	0,02%	3.784,95 €	0,02%	5.318,17 €	0,03%
	Outros (serviços auxiliares de água)	325.864,18 €	1,75%	403.237,95 €	2,22%	401.182,84 €	2,21%
	Outros	55.633,33 €	0,30%	21.048,35 €	0,12%	22.778,61 €	0,13%
6 e 10	Transferências Correntes e Capital	10.044.208,04 €	53,93%	9.124.371,12 €	50,28%	9.360.721,50 €	51,62%
	Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	6.829.341,00 €	36,67%	7.025.852,00 €	38,71%	7.131.240,00 €	39,33%
	Outras transferências do estado	1.395.678,50 €	7,49%	1.424.746,23 €	7,85%	1.509.063,45 €	8,32%
	Fundos comunitários	1.819.188,54 €	9,77%	673.772,89 €	3,71%	720.418,05 €	3,97%
	Outras transferências	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
9	Alienação de Património	340.317,00 €	1,83%	305.762,38 €	1,68%	146.302,50 €	0,81%
12	Empréstimos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
8,11,13 e 15	Outros	30.985,75 €	0,17%	124.856,91 €	0,69%	130.342,53 €	0,72%
	Total	18.625.257,34 €	100,00%	18.148.508,38 €	100,00%	18.132.405,95 €	100,00%

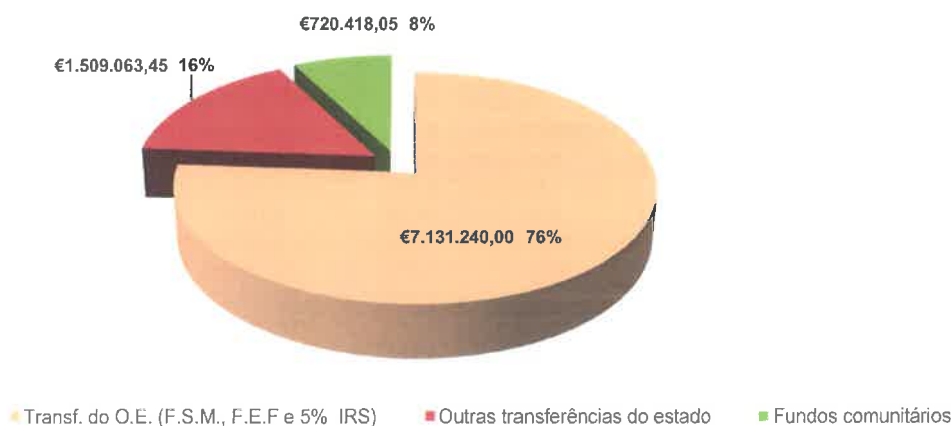
Conforme se verifica no gráfico abaixo, no ano 2018 as transferências correntes e de capital representam cerca de 52% da receita total do Município no ano 2018 ascendendo a 9.360.722,00€. A segunda maior fonte de financiamento é proveniente dos impostos diretos com uma taxa de 25%.

Gráfico 4 - Estrutura da receita de 2018



As transferências correntes e de capital como referido anteriormente representam 52% do total das receitas do Município. As transferências do Orçamento de Estado representam 76% do total das transferências, conforme demonstra o gráfico seguinte.

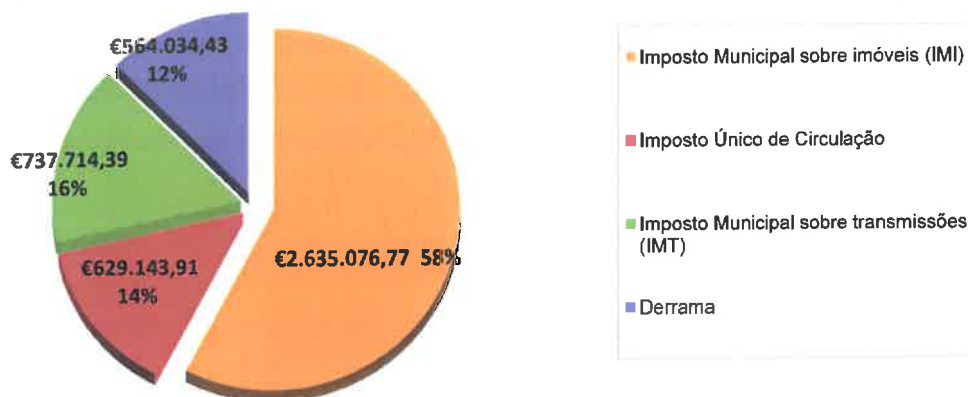
Gráfico 5 - Estrutura das transferências Correntes e de Capital 2018



O Município arrecadou de impostos directos o montante de 4.565.969,50€. A receita proveniente do imposto municipal de imóveis (IMI), representou 58% dessa receita conforme gráfico infra, muito na mesma linha dos valores do ano transato.

Neste ponto deverá ser considerado o facto dos Órgãos Municipais não terem deliberado sobre o aumento de qualquer imposto sobre os quais têm poderes tributários e terem introduzido, pela primeira vez, o designado IMI familiar que corresponde a uma supressão da receita deste imposto na ordem dos 70.000,00 € a favor dos agregados familiares com dependentes.

Gráfico 6 - Estrutura dos impostos diretos de 2018



O quadro 10 evidencia a evolução da receita total por rubrica em comparação com períodos homólogos.

Salientamos, de seguida, as mais significativas variações de receita verificadas no confronto 2018-2017:

- As receitas de capital são cobradas pontualmente, pelo que as mesmas têm efeitos nas contas da autarquia e a quebra registada deve-se sobretudo ao facto de no ano 2018 o Município ter vendido menos terrenos face aos exercícios anteriores;
- Os Impostos diretos registaram um acréscimo de 4,84%, este acréscimo em valor absoluto representa 210.660,54 €;
- Os Impostos indiretos verificaram um acréscimo de 37,48% (49.199,04 €), incrementado essencialmente pela rubrica “loteamentos e obras”, devido a alguma evolução na atividade da construção;
- A receita proveniente da alienação de património reduziu cerca de 52,15% correspondente a 159.459€ uma vez que o município não está a vender terrenos mas sim a comprar;
- As Taxas, multas e outras penalidades registaram um decréscimo de 47,91% (-116.378,41 €), que decorre do facto de no início de 2017 o Município ter recebido da Autoridade Tributária e Aduaneira um montante de juros de mora em atraso, que não ocorreu em 2018;
- Os Rendimentos de propriedade sofreram um decréscimo de 2,41 % (-24.005,95€) que se deve essencialmente ao decréscimo de receita do Parque Eólico;
- Vendas e prestação de serviços: decréscimo de 7,60% (- 217.953,77€). Este decréscimo está refletido essencialmente na venda de água, saneamento e resíduos sólidos;
- As Transferências correntes e de capital sofreram um acréscimo de 2,59% (236.350,38€), decorrente essencialmente do aumento do FEF corrente e capital e um ligeiro aumento em “fundos comunitários”.

- As Outras receitas (classificações 08, 11, 13 e 15) registaram um acréscimo de 4,39% (5.485,62€) que, sendo rubricas de natureza residual, não tem expressão na receita do Município.

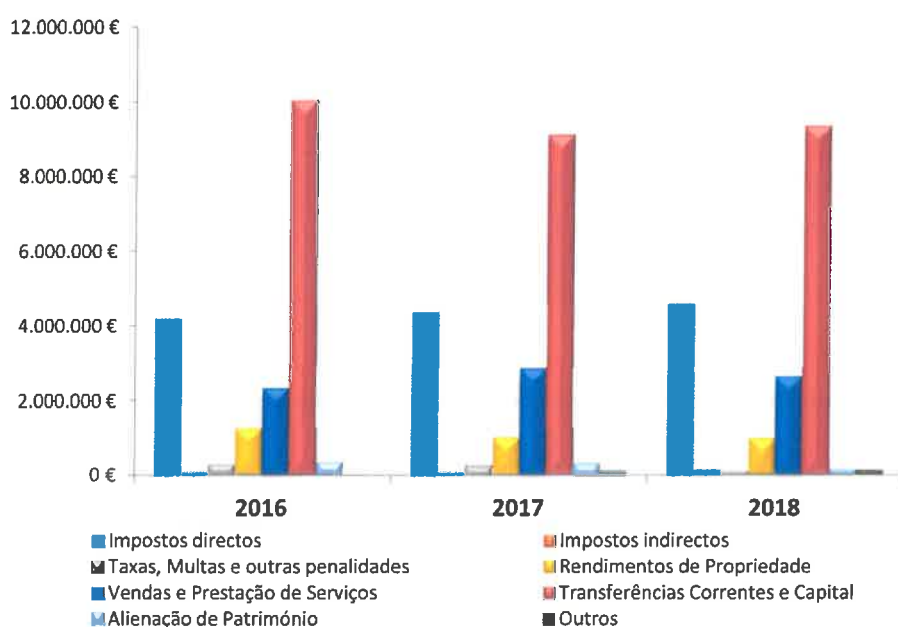
Na globalidade, a receita do Exercício de 2018 (excluída do saldo da gerência anterior) fixou-se em 18.132.405,95€, o que representou um decréscimo de 16.102,43€ (-0,09%) relativamente ao exercício de 2017.

Quadro 10 - Evolução da Estrutura da Receita, Variação 2016-2018

		Variação 2017/2016	Variação 2018/2016	Variação 2018/2017
1	Impostos diretos	3,57%	8,58%	4,84%
	Imposto Municipal sobre imóveis (IMI)	2,16%	3,45%	1,26%
	Imposto Único de Circulação	6,52%	14,70%	7,68%
	Imposto Municipal sobre transmissões (IMT)	11,38%	29,62%	16,38%
	Derrama	-0,98%	4,40%	5,43%
2	Impostos indiretos	5,17%	44,59%	37,48%
	Loteamentos e obras	28,05%	78,26%	39,21%
	Outros	-35,91%	-15,87%	31,28%
4	Taxas, Multas e outras penalidades	-16,66%	-56,59%	-47,91%
	Mercados e feiras	-3,22%	-7,50%	-4,43%
	Loteamento e Obras	17,30%	37,13%	16,91%
	Ocupação da via pública	-48,33%	-48,58%	-0,49%
	Saneamento (taxa de conservação)	-93,65%	-99,91%	-98,51%
	Taxa depósito ficha técnica hab.	-54,86%	-15,93%	86,27%
	Multas e outras penalidades	118,79%	-63,25%	-83,20%
	Outros	6,03%	15,02%	8,48%
5	Rendimentos de Propriedade	-19,88%	-21,81%	-2,41%
7	Vendas e Prestação de Serviços	22,33%	13,03%	-7,60%
	Livros e documentação técnica	-57,35%	-81,18%	-55,88%
	Publicações e impressos	-----	-----	13.636,84%
	Água	1,53%	-15,36%	-16,64%
	Eletricidade	-----	-----	-41,71%
	Outros	-90,42%	-96,22%	-60,52%
	Serviços sociais	-2,10%	0,21%	2,37%
	Serviços culturais	29,64%	-48,63%	-60,38%
	Serviços desportivos	2,71%	24,37%	21,08%
	Saneamento	28.953,73%	28616,95%	-1,16%
	Resíduos sólidos	45,18%	29,11%	-11,07%
	Transportes escolares	9,67%	10,76%	0,99%
	Cemitérios	-63,41%	-16,37%	128,54%
	Parques de estacionamento	-12,96%	22,30%	40,51%
	Outros (serviços auxiliares de água)	23,74%	23,11%	-0,51%
	Outros	-62,17%	-59,06%	8,22%
6 e 10	Transferências Correntes e Capital	-9,16%	-6,80%	2,59%
	Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	2,88%	4,42%	1,50%
	Outras transferências do estado	2,08%	8,12%	5,92%
	Fundos comunitários	-62,96%	-60,40%	6,92%
9	Alienação de Património	-10,15%	-57,01%	-52,15%
8, 11, 13 e 15	Outros	302,95%	320,65%	4,39%
	TOTAL	-2,56%	-2,65%	-0,09%

O gráfico seguinte habilita à compreensão da estrutura da receita por rubrica nos três últimos exercícios. Analisando detalhadamente e no horizonte de 2016 a 2018 os diversos agrupamentos que constituem a receita corrente e a receita de capital, verificamos um aumento com a receita de impostos directos e um decréscimo das receitas de capital nomeadamente dos Fundos Comunitários devido a imprevistos na execução das obras com financiamento nomeadamente a obra “Recuperação da Central Termoelétrica”

Gráfico 7 - Evolução da estrutura da receita, variação 2016-2018



4.3 Execução Orçamental da Despesa

Depois da análise à estrutura da receita segue-se um estudo à despesa realizada pelo Município de Porto de Mós. A execução da despesa apresenta-se, naturalmente, condicionada pela execução da receita, como aliás, não poderia deixar de ser.

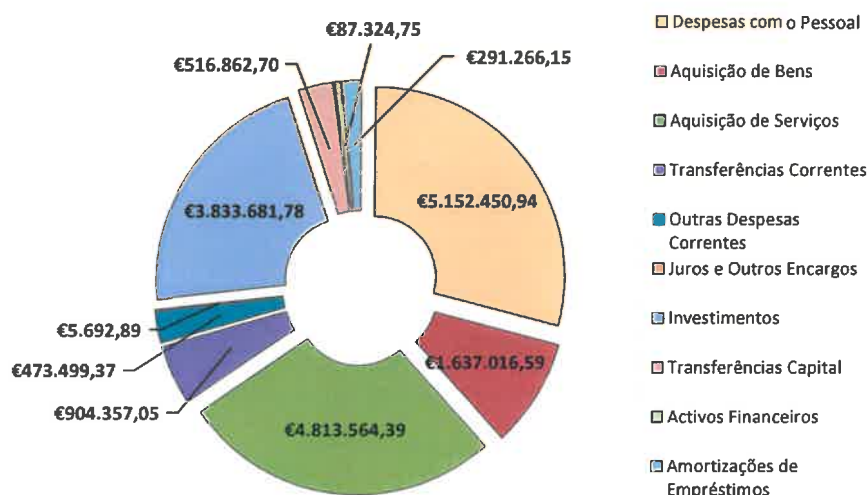
Durante o ano 2018 e no sentido de satisfazer as necessidades dos cidadãos e de quem chega e visita o concelho, a autarquia desenvolveu um conjunto de atividades que implicaram um aumento de despesa corrente nomeadamente com o incremento de atividades culturais e desportivas.

Do lado da despesa de capital, o montante global executado foi cerca de 4,7 milhões de euros, tendo sido realizados cerca de 3,8 milhões de euros em investimento.

O Orçamento da Despesa atingiu um grau de realização de 83,27%. De uma despesa total prevista de 21.277.354,16€ foram executados 17.717.966,61€.

No gráfico infra estão descritas as componentes que fazem parte da despesa total deste Município durante o ano 2018.

Gráfico 8 - Estrutura da despesa total de 2018



Os quadros seguintes registam a evolução da estrutura da despesa corrente e de capital, no horizonte 2016 – 2018, o peso por rubricas e a sua variação.

Quadro 11 – Evolução da estrutura da despesa, 2016 – 2018, peso por rubricas

	2016		2017		2018	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Despesa Corrente						
Despesas com o Pessoal	4 849 086,60€	26,91%	4 853 176,67€	25,67%	5 152 450,94 €	29,08%
Aquisição de Bens	1 640 932,62€	9,11%	1 811 553,93€	9,58%	1 637 016,59 €	9,24%
Aquisição de Serviços	4 652 620,85€	25,82%	4 867 107,36€	25,74%	4 813 564,39 €	27,17%
Transferências Correntes	790 084,89€	4,38%	819 410,90€	4,33%	904 357,05 €	5,10%
Outras Despesas Correntes	141 550,17€	0,79%	254 948,61€	1,35%	473 499,37 €	2,67%
Juros e Outros Encargos	11 413,59€	0,06%	6 960,35€	0,04%	5 692,89 €	0,03%
Total da Despesa Corrente	12 085 688,72€	67,05%	12 613 157,82€	66,70%	12 986 581,23€	73,30%
Despesa de Capital						
Investimentos	5 105 685,73€	28,33%	5 608 231,33€	29,66%	3 833 681,78 €	21,64%
Transferências Capital	260 539,58€	1,45%	294 287,47€	1,56%	516 862,70 €	2,92%
Ativos Financeiros	116 433,00€	0,65%	116 433,00€	0,62%	87 324,75 €	0,49%
Outras despesas de capital	165 835,13€	0,92%	0,00€	0,00%	2 250,00 €	0,01%
Amortizações de Empréstimos	287 043,59€	1,59%	277 141,36€	1,47%	291 266,15 €	1,64%
Total da Despesa de Capital	5 935 537,03€	32,94%	6 296 093,16€	33,30%	4 731 385,38 €	26,70%
TOTAL DA DESPESA	18 021 225,75€	100%	18 909 250,98€	100%	17 717 966,61€	100,00%

O quadro anterior mostra a repartição da despesa total pelas diferentes rubricas que a compõem, para o ano de 2016, 2017 e 2018. No seu todo, a despesa paga do Exercício de 2018 fixou-se em 17.717.966,61€, representando um decréscimo de 6,30% (-1.191.284,37€) relativamente à despesa de 2017.

As rubricas com maior gasto são as despesas com aquisição de bens e serviços com 36,41% um gasto de 6,4 milhões euros, o segundo maior peso são as despesas com o pessoal com 29,08%, correspondendo a um gasto de 5,1 milhões de euros e o terceiro maior gasto foi em despesa de investimento com 21,64% e 3,8 milhões de euros.

Quadro 12 - Estrutura da despesa, variação 2016 – 2018

	Variação 2017/2016	Variação 2018/2016	Variação 2018/2017
Despesa Corrente			
Despesas com o Pessoal	0,08%	6,26%	6,17%
Aquisição de Bens	10,40%	-0,24%	-9,63%
Aquisição de Serviços	4,61%	3,46%	-1,10%
Transferências Correntes	3,71%	14,46%	10,37%
Outras Despesas Correntes	80,11%	234,51%	85,72%
Juros e Outros Encargos	-39,02%	-50,12%	-18,21%
Total da Despesa Corrente	4,36%	7,45%	2,96%
Despesa de Capital			
Investimentos	9,84%	-24,91%	-31,64%
Transferências Capital	12,95%	98,38%	75,63%
Ativos Financeiros	0,00%	-25,00%	-25,00%
Outras despesas de capital	-100,00%	-98,64%	-
Amortizações de Empréstimos	-3,45%	1,47%	5,10%
Total da Despesa de Capital	6,07%	-20,29%	-24,85%
TOTAL DA DESPESA	4,93%	-1,68%	-6,30%

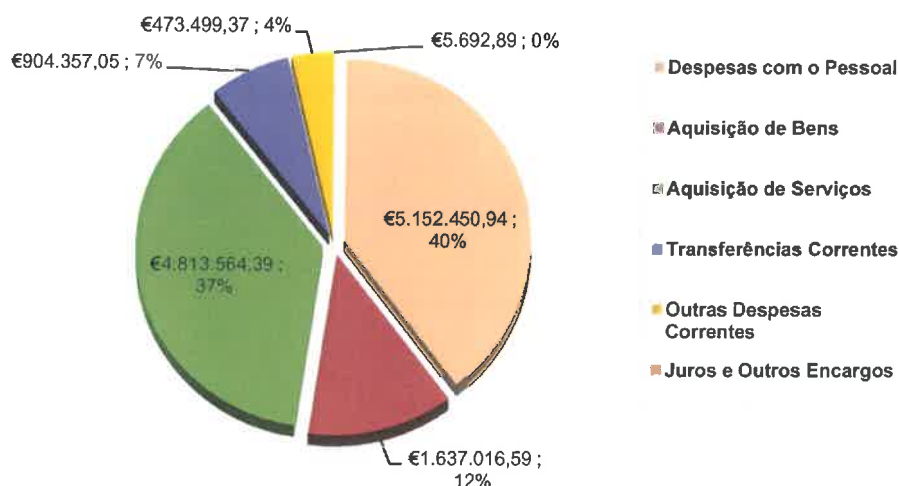
Da análise do quadro supra relativamente à variação da despesa total no horizonte 2016-2018, verificamos que a despesa corrente registou um aumento de 2,96% relativamente ao ano 2017. A maior variação registou-se na rubrica de outras despesas correntes com um aumento de 85,72%, justificada pelo aumento das restituições dos impostos cobrados e algumas atividades desportivas e culturais que passaram a ser oneradas nesta rubrica. Verificou-se também um aumento de 75,63% nas transferências de capital justificado pelo acréscimo nas transferências para as Juntas de Freguesia, Associações de Bombeiros, para associações sociais, desportivas e culturais comparativamente com o período homólogo.

4.3.1 Despesa Corrente

A despesa corrente é composta por despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, prestações sociais, transferências, juros e outra despesa corrente, conforme demonstra o gráfico seguinte.

No ano 2018 a despesa corrente registou um valor de 12.986.581,23€ correspondente a um grau de execução de 90,08%.

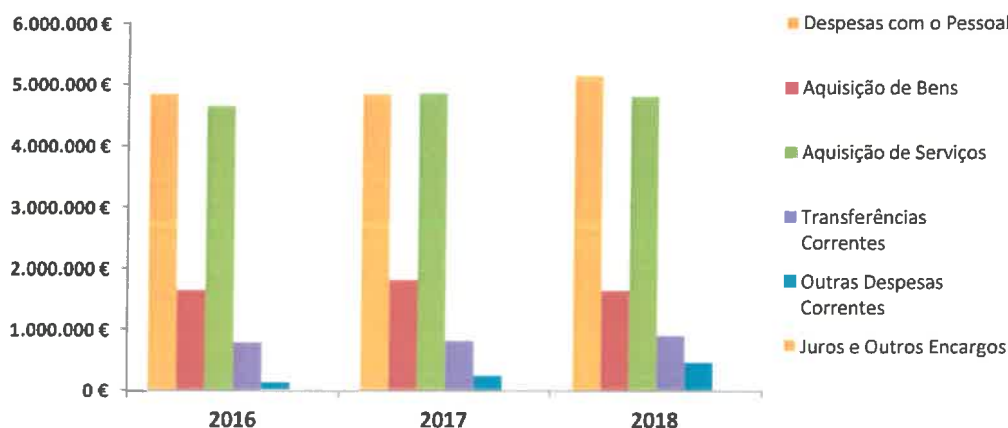
Gráfico 9 - Estrutura da despesa corrente de 2018



Constatamos que as componentes com maior peso são as despesas com aquisição de bens e serviços e despesas com pessoal, registando respetivamente os montantes de 6.450.580,98€ e 5.152.450,94€.

O gráfico seguinte representa a evolução da despesa corrente, em leitura comparada do período 2016-2018 e a sua decomposição pelas diversas componentes. No ano de 2018, a composição dos gastos correntes não sofreu grandes alterações em relação ao que se tem verificado em anos anteriores.

Gráfico 10 - Evolução da despesa corrente, variação 2016-2018



A comparação com o período homólogo da despesa corrente permite-nos a apreciação infra relativamente às seguintes rubricas:

▪ Despesa com o pessoal

Nesta rubrica regista-se um acréscimo de 6,17% (299.274,27€). Detalhamos este acréscimo, já justificado no ponto 2.2. do presente relatório, no quadro seguinte:

Quadro 13 - Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2016-2018

	Anos			Variação Homóloga					
	2016	2017	2018	2017/2016		2018/2016		2018/2017	
Despesa com o pessoal				Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Remunerações certas e permanentes:	3 680 562€	3 717 397€	3 933 278€	36 836€	1,00%	252 716€	6,87%	215 880€	5,81%
- "Subsídios de férias e de natal"	494 280€	490 106€	515 071€	-4 174€	-0,84%	20 791€	4,21%	24 965€	5,09%
- "Alteração do posicionamento remuneratória"	0€	0€	47 327€	0€	0,00%	47 327€	100%	47 327€	100%
Abonos variáveis e eventuais:	114 693€	99 657€	81 315€	-15 036€	-13,11%	-33 377€	-29,10%	-18 342€	-18,40%
- "Trabalho extraordinário"	34 387€	32 598€	45 483€	-1 789€	-5,20%	11 096€	32,27%	12 885€	39,53%
Segurança social	1 053 832€	1 036 122€	1 137 858€	-17 710€	-1,68%	84 026€	7,97%	101 736€	9,82%
TOTAL	4 849 087€	4 853 177€	5 152 451€	4 090€	0,08%	303 364€	6,26%	299 274€	6,17%

▪ Despesa com aquisição de bens e serviços

No quadro seguinte evidenciam-se as rubricas mais determinantes no comportamento da despesa com a aquisição de bens e serviços

Quadro 14 – Rubricas relevantes na despesa de Aquisição de Bens e Serviços

Composição da despesa	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Aquisição de bens	1 449 050,64 €	1 566 237,38 €	1 424 146,18 €	-9,07%
Matérias-primas e Subsidiárias	149 446,55 €	150 930,14 €	61 418,60 €	-59,31%
Combustíveis e Lubrificantes	219 889,26 €	252 931,49 €	261 367,43 €	3,34%
Alimentação - Ref. Confeccionadas	449 018,75 €	418 152,56 €	442 687,10 €	5,87%
Mercadoria para venda - Água	421 654,67 €	526 881,67 €	493 676,86 €	-6,30%
Outros Bens	209 041,41 €	217 341,52 €	164 996,19 €	-24,08%
Aquisição de Serviços	4 103 234,86 €	4 295 894,75 €	4 226 683,01 €	-1,61%
Encargos de Instalações	1 585 062,95 €	1 529 168,53 €	1 564 004,73 €	2,28%
Limpeza e Higiene	937 632,27 €	857 502,27 €	864 216,73 €	0,78%
Locação de outros Bens	112 960,30 €	97 076,78 €	184 265,83 €	89,81%
Conservação de bens	337 989,45 €	441 193,64 €	307 501,93 €	-30,30%
Transportes Escolares	190 495,20 €	244 025,21 €	249 388,87 €	2,20%
Outros Trabalhos Especializados	627 963,37 €	665 769,18 €	675 789,58 €	1,51%
Outros Serviços	311 131,32 €	461 159,14 €	381 515,34 €	-17,27%

Da análise do quadro supra, as rubricas onde se registou uma variação significativa da despesa são:

- Aquisição de bens, decréscimo de 9,07% (-142.091,20 €) resultante de decréscimo de vários bens de consumo corrente;
- Aquisição de serviços, decréscimo de 1,61% (- 69.301,74 €). Apesar de se ter verificado um acréscimo na locação de outros bens, em contrapartida registou-se uma redução na conservação de bens e na aquisição de outros serviços.

▪ Juros e outros encargos:

Nesta rubrica verifica-se um decréscimo de 18% (-997,46€) resultante da evolução negativa das taxas de juros como vertido no quadro seguinte.

Esta é uma despesa que não tem relevância no orçamento municipal dado o baixo endividamento do Município à banca, bem como a baixa taxa de juros atualmente em vigor.

Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2016-2018

	2016	2017	2018	Varição 2018/2016	Varição 2018/2017
Juros e outros encargos	11.413,59€	6.960,35€	5.692,89€	-50,12%	-18,21%
Resultantes de endividamento de médio e longo prazo	9.251,47€	5.310,22€	4.363,17€	-52,84%	-17,83%
Juros de locação financeira	297,81€	0,00€	0,00€	-100,00%	----
Outros juros e encargos financeiros	1.864,31€	1.650,13€	1.329,72€	-28,67%	-19,42%

▪ Transferências correntes:

Nesta rubrica registou-se um acréscimo de 10,73% correspondente a 84.945€, decorrente essencialmente do aumento de transferências para as Associações de Bombeiros e de uma forma geral para as associações desportivas e culturais no montante de aproximadamente 54 mil euros.

▪ Outras despesas correntes:

Nesta rubrica registou-se um acréscimo de 85,72% correspondente a 218.550,76€ relativamente ao período homólogo, uma vez que foram aqui contabilizadas despesas com vários eventos sociais, desportivos e culturais realizados ao longo do ano 2018.

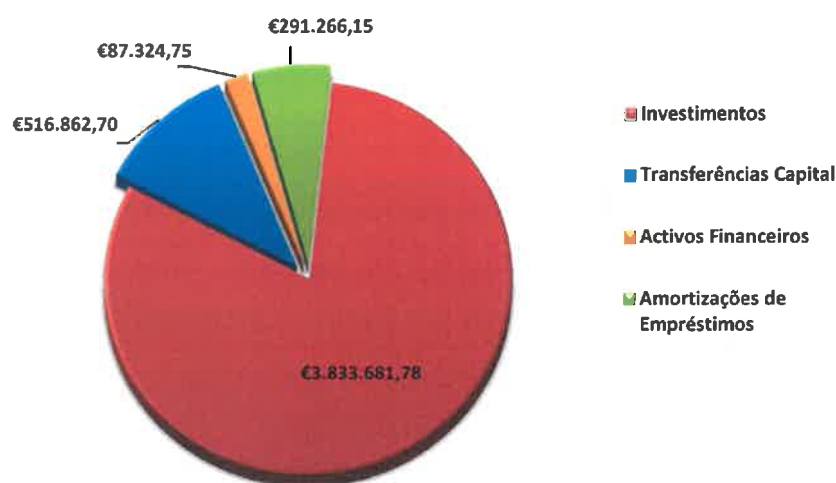
4.3.2 Despesa de Capital

No ano 2018 a despesa de capital registou um valor de 4.731.385,38 €, correspondente a um grau de execução de 68,97%, com a seguinte repartição.

- Aquisição de bens de capital: 3.833.681,78 € (21,64%);
- Transferências de capital: 516.872,70 € (2,92%);
- Ativos financeiros (FAM): 87.324,75€ (0,49%);
- Passivos financeiros 291.266,15 € (1,64%);
- O saldo do Exercício fixou-se em 2.524.110,50 €.

As rubricas com maior peso foram aquisição de bens de capital e transferências de capital, conforme se pode constatar no gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Estrutura da despesa de capital de 2018

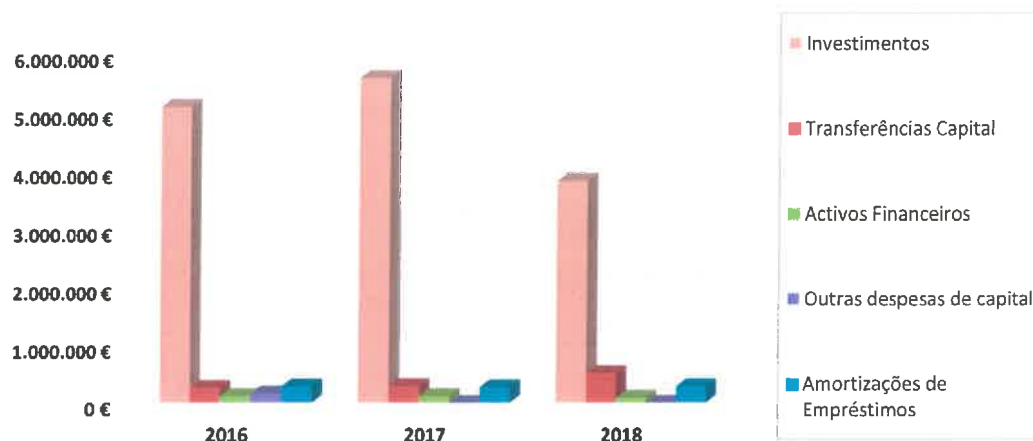


A despesa de capital registou um decréscimo de 24,85% equivalente a 1.564.707,78€ que se encontra evidenciada por rubrica no quadro e gráfico seguintes.

Quadro 16 - Estrutura da despesa de capital, variação 2016 – 2018

	Varição 2017/2016	Varição 2018/2016	Varição 2018/2017
Despesa de Capital			
Investimentos	9,84%	-24,91%	-31,64%
Transferências Capital	12,95%	98,38%	75,63%
Ativos Financeiros	0,00%	-25,00%	-25,00%
Outras despesas de capital	-100,00%	-98,64%	---
Amortizações de Empréstimos	-3,45%	1,47%	5,10%
Total da Despesa de Capital	6,07%	-20,29%	-24,85%

Gráfico 12 - Evolução da estrutura da despesa de capital, 2016-2018



4.4 Relacionamento da Despesa com a Receita

Nos próximos quadros e gráficos representamos a evolução e o relacionamento entre despesas (pagas) e receitas (cobradas brutas) correntes e de capital, ao longo dos últimos 3 anos.

Quadro 17 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2016 – 2018

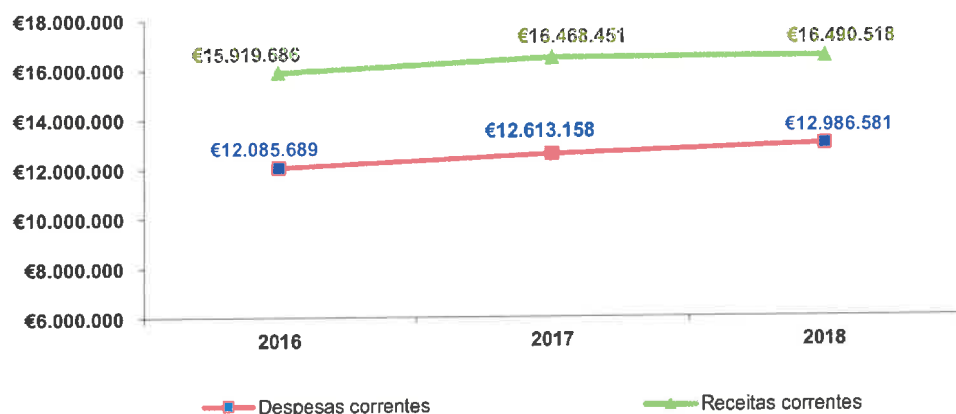
	2016	2017	2018
RECEITA			
Receitas correntes	15 919 685,63€	16 468 450,98€	16 490 517,53€
Receitas capital	2 705 468,31€	1 679 058,27€	1 639 923,41€
Outras receitas	103,40€	999,13€	1 965,01€
Total da receita	18 625 257,34€	18 148 508,38€	18 132 405,95€
DESPESA			
Despesas correntes	12 085 688,72€	12 613 157,82€	12 986 581,23€
Despesas capital	5 935 537,03€	6 296 093,16€	4 731 385,38€
Total da despesa	18 021 225,75€	18 909 250,98€	17 717 966,61€
Relacionamento			
Receita corrente / despesa corrente	131,72%	130,57%	126,98%
Receita de capital / despesa de capital	45,58%	26,67%	34,66%
Libertação de receita corrente para investimento	3 833 996,91€	3 855 293,16€	3 503 936,30€

A receita é a chave para o prosseguimento das atribuições específicas da autarquia, pois só através destes recursos é possível satisfazer as necessidades e as obrigações que são assumidas. É por isso fundamental olhar para a execução da receita conseguida ao longo do ano de 2018 que foi ligeiramente inferior à do ano anterior.

Conforme se pode constatar no gráfico abaixo, no ano 2018, tanto a despesa corrente como a receita corrente seguiram a trajetória ascendente que se iniciou em 2016. A receita corrente manteve-se

superior à despesa corrente o que originou uma libertação de receita corrente para investimento (poupança corrente) no valor de 3.503.936,30€

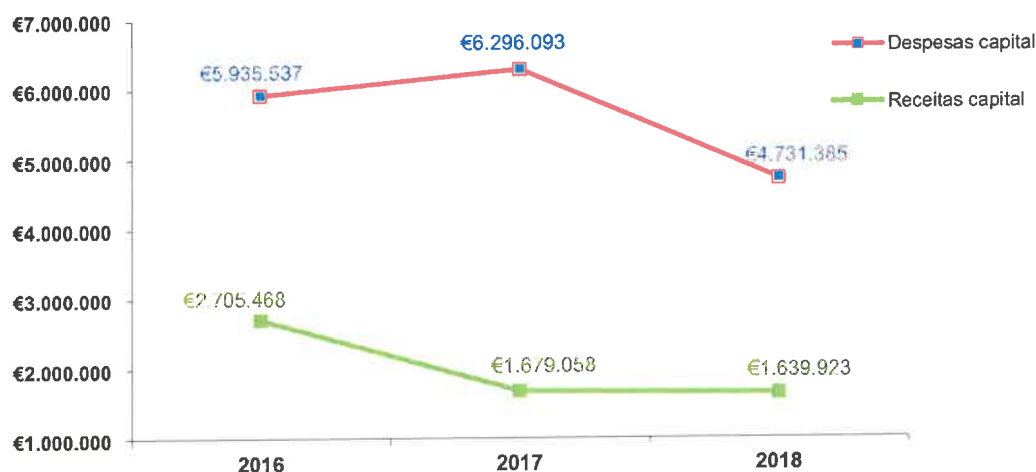
Gráfico 13 - Evolução da receita e da despesa corrente, 2016 – 2018



Pela análise do gráfico e quadro seguintes podemos concluir que a receita de capital não é suficiente para cobrir as despesas de capital.

À semelhança dos anos anteriores, em 2018, a despesa de capital voltou a superar a receita de capital, o que significa que despesa de capital foi financiada por poupança corrente.

Gráfico 14 - Evolução da receita e da despesa de capital, 2016 – 2018



4.5 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP's) são constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Mais Relevantes (AMR).

As Grandes Opções do Plano definem-se como um instrumento fundamental definindo as linhas de orientação estratégica do Município, estruturado por objetivos. O quadro seguinte mostra a execução das Grandes Opções do Plano, com uma despesa total de 8,070M€.

Com maior expressão estão as funções sociais com valor total pago de 5.275.391,53€, seguidas pelas funções económicas com 1.214.146,67€ e pelas funções gerais com 901.058,04€. As rubricas com maior peso na execução nas funções sociais são a educação, saneamento, resíduos sólidos e cultura. Na função económica a rubrica de maior peso foi a indústria e energia. Nas funções gerais é a proteção civil e luta contra incêndios.

Em 2018 atingiu-se, ao nível das GOP's, uma taxa de compromisso de 83,59%, com uma taxa de realização de 77,79%, sendo a taxa de pagamento de 76,52%.

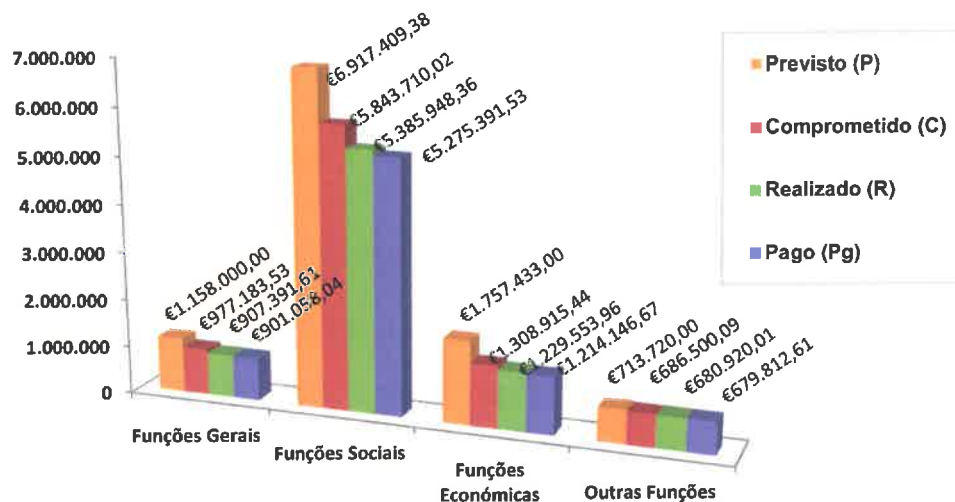
O quadro abaixo faz uma síntese dos principais resultados alcançados no final do ano 2018.

Quadro 18 - Execução das Grandes Opções do Plano

	Objetivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	1 158 000,00 €	977 183,53 €	84,39	907 391,61 €	11,06	78,36	901 058,04 €	11,16	77,81
111	Administração Geral	565 250,00 €	446 799,64 €	79,04	417 351,01 €	5,09	73,83	414 017,44 €	5,13	73,25
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	592 750,00 €	530 383,89 €	89,48	490 040,60 €	5,97	82,67	487 040,60 €	6,03	82,17
2	Funções Sociais	6 917 409,37 €	5 843 710,02 €	84,48	5 385 948,36 €	65,65	77,86	5 275 391,53 €	65,37	76,26
210	Educação Jardins de Infância	23 500,00 €	12 222,69 €	52,01	12 222,69 €	0,15	52,01	12 222,69 €	0,15	52,01
211	Ensino Básico	303 677,00 €	239 262,87 €	78,79	238 820,06 €	2,91	78,64	238 820,06 €	2,96	78,64
212	Serviços auxiliares de ensino	1 042 440,22 €	979 741,82 €	93,99	959 543,76 €	11,40	92,05	945 251,60 €	11,71	90,68
220	Saúde	84 726,84 €	7 626,53 €	9,00	7 626,53 €	0,09	9,00	7 626,53 €	0,09	9,00
232	Ação social	219 800,00 €	140 061,31 €	63,72	137 958,83 €	1,68	62,77	114 467,20 €	1,42	52,08
242	Ordenamento do Território	523 000,00 €	484 497,86 €	92,64	421 567,86 €	5,14	80,61	413 257,46 €	5,12	79,02
243	Saneamento	1 513 172,37 €	1 389 031,57 €	91,80	1 300 751,41 €	15,86	85,96	1 294 719,37 €	16,04	85,56
244	Abastecimento de água	819 300,00 €	703 040,09 €	85,81	523 922,30 €	6,39	63,95	521 172,30 €	6,46	63,61
245	Resíduos Sólidos	896 750,00 €	872 408,01 €	97,29	854 187,39 €	10,41	95,25	849 896,51 €	10,53	94,78
246	Proteção do Meio Am. E Conser. Da Nat.	115 530,00 €	42 141,47 €	36,48	27 645,97 €	0,34	23,93	23 034,07 €	0,29	19,94
251	Cultura	1 001 447,94 €	728 437,86 €	72,74	658 963,62 €	8,03	65,80	617 685,80 €	7,65	61,68
252	Desporto, Recreio e Lazer	358 065,00 €	235 737,94 €	65,84	233 237,94 €	2,84	65,14	227 737,94 €	2,82	63,60
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	16 000,00 €	9 500,00 €	59,38	9 500,00 €	0,12	59,38	9 500,00 €	0,12	59,38
3	Funções Económicas	1 767 433,00 €	1 308 915,44 €	74,48	1 229 553,96 €	14,99	69,96	1 214 146,67 €	15,04	69,09
320	Indústria e Energia	690 700,00 €	560 575,47 €	81,16	532 303,72 €	6,49	77,07	523 744,22 €	6,49	75,83
330	Transportes e Comunicações	596 000,00 €	531 261,55 €	89,14	515 089,65 €	6,28	86,42	515 089,65 €	6,38	86,42
341	Mercados e Feiras	52 050,00 €	30 135,00 €	57,90	30 135,00 €	0,37	57,90	30 135,00 €	0,37	57,90
342	Turismo	331 000,00 €	99 618,67 €	30,10	64 700,84 €	0,79	19,55	57 853,05 €	0,72	17,48
351	Investimentos financeiros	87 683,00 €	87 324,75 €	99,59	87 324,75 €	1,06	99,59	87 324,75 €	1,08	99,59
4	Outras funções	713 720,00 €	686 500,09 €	96,19	680 920,01 €	8,30	95,40	679 812,61 €	8,42	95,25
420	Transferências entre administrações	713 720,00 €	686 500,09 €	96,19	680 920,01 €	8,30	95,40	679 812,61 €	8,42	95,25
	TOTAL	10 546 562,37 €	8 816 309,08 €	83,59	8 203 813,94 €	100	77,79	8 070 408,85 €	100	76,52

No gráfico abaixo estão registados os desvios verificados no ano 2018 entre os valores previstos, comprometidos, realizados e pagos. O maior desvio entre o previsto e o realizado encontra-se na função económica uma vez que só se realizou 69,96% da despesa prevista inicialmente.

Gráfico 15 - Execução das Grandes Opções do Plano, por funções



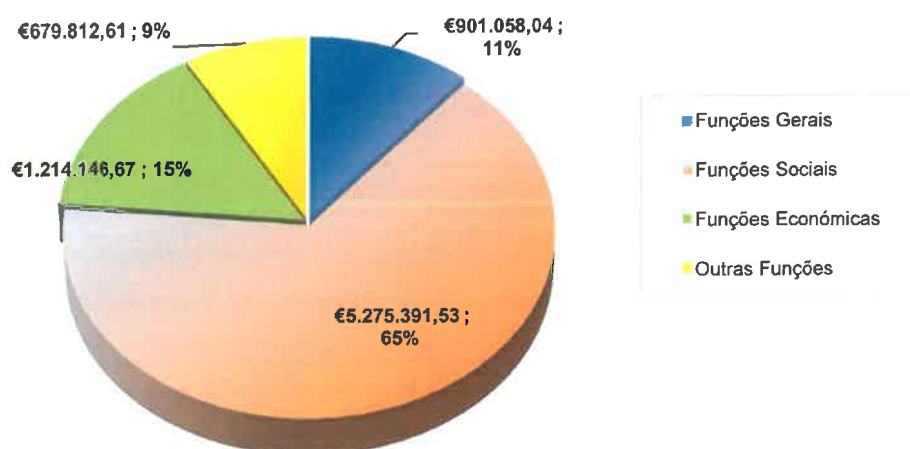
O gráfico abaixo evidencia que as funções sociais são as que mais peso têm na execução das GOP's do Município com um peso de cerca de 66%. Abrangem um conjunto de objetivos com muito peso na sociedade, nomeadamente a educação, o saneamento, o abastecimento de água, a recolha de resíduos sólidos urbanos, o ordenamento do território e a cultura, entre outras.

As funções económicas representam 15%, e incluem a conservação e a sinalização das vias, a aquisição de terrenos para a futura Área de Localização Empresarial (ALE), entre outros.

As funções gerais representam cerca de 11% das GOP's, e incluem despesas com a administração geral, com a proteção civil e luta contra incêndios (apoio às cooperações de Bombeiros do concelho).

Nas outras funções com um peso de 9% registam-se nomeadamente o apoio às Freguesias.

Gráfico 16 – Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos), peso por função



4.6 Execução Orçamental do Plano do Plurianual de Investimentos

O quadro seguinte expressa a execução do Plano Plurianual de Investimentos, por funções e objetivos.

Quadro 19 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos

	Objetivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	703 500,00 €	583 401,70 €	82,93	521 198,82 €	13,42	74,09	518 403,03 €	13,52	73,69
111	Administração Geral	473 500,00 €	372 674,29 €	78,71	343 868,19 €	8,86	72,62	341 072,40 €	8,90	72,03
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	230 000,00 €	210 727,41 €	91,62	177 330,63 €	4,57	77,10	177 330,63 €	4,63	77,10
2	Funções Sociais	3 434 060,24 €	2 652 590,48 €	77,24	2 268 014,10 €	58,41	66,04	2 237 164,83 €	58,36	65,15
210	Educação Jardins de Infância	23 500,00 €	12 222,69 €	52,01	12 222,69 €	0,31	52,01	12 222,69 €	0,32	52,01
211	Ensino Básico	275 077,00 €	222 542,97 €	80,90	222 100,16 €	5,72	80,74	222 100,16 €	5,79	80,74
220	Saúde	77 000,00 €	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00
232	Ação social	13 000,00 €	3 560,83 €	27,39	3 560,83 €	0,09	27,39	3 560,83 €	0,09	27,39
242	Ordenamento do Território e Urbanismo	495 000,00 €	461 742,86 €	93,28	421 567,86 €	10,86	85,17	413 257,46 €	10,78	83,49
243	Saneamento	884 000,00 €	764 928,02 €	86,53	676 647,87 €	17,43	76,54	676 647,87 €	17,65	76,54
244	Abastecimento de água	819 000,00 €	703 040,09 €	85,84	523 922,30 €	13,49	63,97	521 172,30 €	13,59	63,64
245	Resíduos Sólidos	20 000,00 €	11 808,00 €	59,04	11 808,00 €	0,30	59,04	11 808,00 €	0,31	59,04
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	115 530,00 €	42 141,47 €	36,48	27 645,97 €	0,71	23,93	23 034,07 €	0,60	19,94
251	Cultura	574 888,24 €	354 909,92 €	61,74	292 844,79 €	7,54	50,94	277 667,82 €	7,24	48,30
252	Desporto, Recreio e Lazer	132 065,00 €	75 693,63 €	57,32	75 693,63 €	1,95	57,32	75 693,63 €	1,97	57,32
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	5 000,00 €	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00
3	Funções Económicas	1 577 700,00 €	1 146 028,69 €	72,64	1 093 521,21 €	28,16	69,31	1 078 113,92 €	28,12	68,33
320	Indústria e Energia	690 700,00 €	560 575,47 €	81,16	532 303,72 €	13,71	77,07	523 744,22 €	13,66	75,83
330	Transportes e Comunicações	596 000,00 €	531 261,55 €	89,14	515 089,65 €	13,27	86,42	515 089,65 €	13,44	86,42
341	Mercados e Feiras	52 000,00 €	30 135,00 €	57,95	30 135,00 €	0,78	57,95	30 135,00 €	0,79	57,95
342	Turismo	239 000,00 €	24 056,67 €	10,07	15 992,84 €	0,41	6,69	9 145,05 €	0,24	3,83
	TOTAL	5 715 260,24 €	4 382 020,87 €	76,67	3 882 734,13 €	100,00	67,94	3 833 681,78 €	100,00	67,08

Em matéria de investimento, no ano de 2018 atingiu-se uma taxa de compromisso de 76,67%, com uma taxa de realização de 67,94%, sendo a taxa de pagamento de 67,08%.

Da execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI) verificamos que a função social é a que tem maior peso de realização. Dentro desta função o objetivo saneamento básico detém maior grau de realização cerca de 17%, com destaque para a realização da obra “2ª fase do saneamento de Mira de Aire – Área de Intervenção 1”.

A segunda área de maior investimento do Município foi o objetivo Indústria e energia com um valor de realização de 13,71%. Trata-se de investimento em terrenos para execução da nova Área de Localização Empresarial (ALE) na zona Industrial de Porto de Mós e na criação do FABLAB no edifício Espaço jovem.

A terceira área de maior investimento com 13,49% é o abastecimento de água, um objetivo primordial para o Município, abastecer toda a população do concelho, com rede de abastecimento de água pública.

4.7 Execução Orçamental das Atividades Mais Relevantes

No quadro seguinte, a execução das Atividades Mais Relevantes, por funções e objetivos.

Quadro 20 - Execução das Atividades Mais Relevantes

	Objetivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	454 500,00 €	393 781,83 €	86,64	386 192,79 €	8,94	84,97	382 655,01 €	9,03	84,19
111	Administração Geral	91 750,00 €	74 125,35 €	80,79	73 482,82 €	1,70	80,09	72 945,04 €	1,72	79,50
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	362 750,00 €	319 656,48 €	88,12	312 709,97 €	7,24	86,21	309 709,97 €	7,31	85,38
2	Funções Sociais	3 483 349,13 €	3 191 119,54 €	91,61	3 117 934,26 €	72,16	89,51	3 038 226,70 €	71,71	87,22
211	Ensino Básico	28 600,00 €	16 719,90 €	58,46	16 719,90 €	0,39	58,46	16 719,90 €	0,39	58,46
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 042 440,22 €	979 741,82 €	93,99	959 543,76 €	22,21	92,05	945 251,60 €	22,31	90,68
220	Saúde	7 726,84 €	7 626,53 €	98,70	7 626,53 €	0,18	98,70	7 626,53 €	0,18	98,70
232	Ação Social	206 800,00 €	136 500,48 €	66,01	134 398,00 €	3,11	64,99	110 906,37 €	2,62	53,63
242	Ordenamento do Território	28 000,00 €	22 755,00 €	81,27	0,00 €	----	----	0,00 €	----	----
243	Saneamento	629 172,37 €	624 103,55 €	99,19	624 103,54 €	14,44	99,19	618 071,50 €	14,59	98,24
244	Abastecimento de água	300,00 €	0,00 €	----	0,00 €	0,00	----	0,00 €	----	----
245	Resíduos Sólidos	876 750,00 €	860 600,01 €	98,16	842 379,39 €	19,49	96,08	838 088,51 €	19,78	95,59
251	Cultura	426 559,70 €	373 527,94 €	87,57	366 118,83 €	8,47	85,83	340 017,98 €	8,03	79,71
252	Desporto, Recreio e Lazer	226 000,00 €	160 044,31 €	70,82	157 544,31 €	3,65	69,71	152 044,31 €	3,59	67,28
253	Outras atividades cívicas e religiosas	11 000,00 €	9 500,00 €	86,36	9 500,00 €	0,22	86,36	9 500,00 €	0,22	86,36
3	Funções Económicas	179 733,00 €	162 886,75 €	90,63	136 032,75 €	3,15	75,69	136 032,75 €	3,21	75,69
341	Mercados e Feiras	50,00 €	0,00 €	----	0,00 €	----	----	0,00 €	----	----
342	Turismo	92 000,00 €	75 562,00 €	82,13	48 708,00 €	1,13	52,94	48 708,00 €	1,15	52,94
351	Investimentos financeiros	87 683,00 €	87 324,75 €	99,59	87 324,75 €	2,02	99,59	87 324,75 €	2,06	99,59
4	Outras funções	713 720,00 €	686 500,09 €	96,19	680 920,01 €	15,76	95,40	679 812,61 €	16,05	95,25
420	Transferências entre Administrações	713 720,00 €	686 500,09 €	96,19	680 920,01 €	15,76	95,40	679 812,61 €	16,05	95,25
	TOTAL	4 831 302,13 €	4 434 288,21 €	91,78	4 321 079,81 €	100,00	89,44	4 236 727,07 €	100,00	87,69

As Atividades mais Relevantes (AMR's) englobam ações que pela sua dimensão, materialidade e finalidade, devem ter referencia especial no âmbito das despesas correntes.

Ao longo do ano 2018 destacou-se uma taxa compromisso de 91,78%, uma taxa de realização de 89,44%, e os pagamentos com uma percentagem de 87,69%.

A função social é a que apresenta um gasto maior com 72,16%, do valor das atividades mais relevantes, importa evidenciar o valor gasto com os serviços auxiliares de ensino com um valor realizado de 959.543,76€ que abrange, nomeadamente, as refeições escolares, os prolongamentos, transportes escolares, entre outros.

Com o olhar direcionado para uma política de equidade, promoção e igualdade de oportunidades no acesso à educação, foram vários os apoios fornecidos pelo Município durante o ano de 2018. Não só alargou a gratuidade dos transportes escolares aos alunos do secundário, como também apoiou os alunos do ensino superior com atribuição de bolsas de estudo.

Nas funções sociais destacou-se ainda o valor realizado de 19,49% na limpeza, recolha e tratamento de resíduos.

As outras funções tem um peso de 15,76%, referem-se nomeadamente às transferências para as freguesias para darem cumprimentos aos acordos de execução e aos contratos interadministrativos.

Nas funções gerais com uma taxa de realização de 8,94%, destacou-se o gasto com a proteção civil, nomeadamente para apoio corrente às corporações de bombeiros do concelho.

4.8 Evolução da Dívida

A evolução da dívida, pontuada a 31 de Dezembro dos últimos 6 anos, regista-se no quadro infra.

Quadro 21 - Evolução da dívida

	31DEZ2013	31DEZ2014	31DEZ2015	31DEZ2016	31DEZ2017	31DEZ2018
Empréstimo a Curto Prazo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Empréstimo Médio Longo Prazo	3.642.289,21€	3.238.729,92€	2.559.746,78€	2.272.703,19€	1.988.867,41€	1.704.295,68€
(a) Dívida à banca	3.642.289,21€	3.238.729,92€	2.559.746,78€	2.272.703,19€	1.988.867,41€	1.704.295,68€
Fornecedores C/C	367.914,46€	147.851,67€	279.948,98€	201.063,79€	204.219,41€	111.137,68€
Fornecedores de Imobilizado	42.718,51€	11.375,10€	35.235,82€	16.367,68€	19.383,15€	48.476,28€
Estado e outros entes públicos	53.693,05€	119.340,79€	121.242,56€	153.008,19€	117.208,43€	117.714,08€
Administração Autárquica	39.740,30€	24.660,97€	882,84€	17.098,10€	7.046,50€	10.833,66€
Outros Credores	523.578,16€	540.865,09€	653.831,79€	729.521,02€	699.313,73€	706.646,64€
Leasing	110.346,54€	48.835,67€	11.969,75€	0,00€	0,00€	0,00€
FAM		815.030,02€	698.597,02€	582.164,02€	465.731,02€	87.324,75€
(b) Dívida comercial, OT e FAM	1.137.991,02€	1.707.959,31€	1.801.708,76€	1.699.222,80€	1.512.902,24€	1.082.133,09€
DÍVIDA TOTAL	4.780.280,23 €	4.946.689,23 €	4.361.455,54 €	3.971.925,99 €	3.501.769,65 €	2.786.428,77 €
Redução da dívida	395.610,08€	-166.409,00€	585.233,69€	389.529,55€	470.156,34€	715.340,88€
	7,64%	-3,48%	11,83%	8,93%	11,84%	20,43%

A dívida à banca registava, a 31 de dezembro de 2018 em comparação com 2017, um decréscimo de 284.571,70€ (-14,31%).

A dívida a fornecedores e a outros credores (Dívida comercial, OT e FAM) apresenta um registo de 1.082.133,09 € e evidencia um decréscimo de 430.769,15€ (-28,47%) relativamente ao ano anterior.

De salientar que a redução deste stock de dívida apresenta elevada rigidez, dada a sua própria natureza:

- 696.639,63€ Respeitam a operações de tesouraria, estando, portanto, excluída das operações orçamentais e tendo cobertura integral no saldo de operações de tesouraria refletido nos fluxos de caixa;

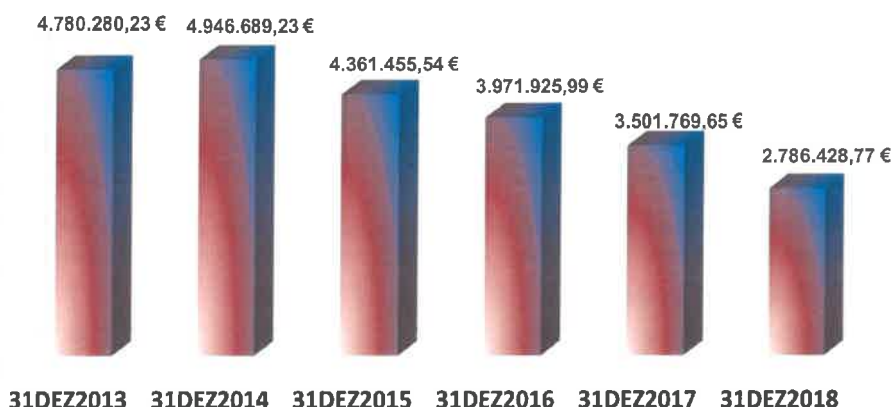
- 87.324,75€ Respeitam ao FAM sendo que a sua subscrição está legalmente programada, conforme o quadro seguinte;

Quadro 22 – Cronograma de subscrição do FAM

	Subscrição do FAM						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Contribuição do Município para o FAM	116.433,00€	116.433,00€	116.433,00€	87.324,75€	58.216,50€	29.108,25€	0,00€
Subscrição realizada							436.623,75€
Subscrição a realizar							87.324,75€
TOTAL							523.948,50€

A dívida total da Autarquia, que atingia em 31 de dezembro de 2017 o valor de 3.501.769,65€, apresentou, em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 715.340,88€ correspondendo a um decréscimo de 20,43%, fixando-se em 2.786.428,77€.

Gráfico 17 - Evolução da dívida, 2013-2018



Deverá ainda ser salientado que o Município de Porto de Mós apresentou no ano de 2018 um prazo médio de pagamentos (PMP) de 10 dias, quando em 2017 se cifrou em 11 dias, portanto uma melhoria neste indicador.

4.9 Posição Face aos Limites de Endividamento

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento. Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do

montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Deste novo enquadramento legal, resultou, para o Município de Porto de Mós e para o Exercício de 2018, um limite à dívida total fixado em 23.783.642,62€. O quadro seguinte demonstra a posição anual, ao longo da vigência do RFALEI, ante aquele limite.

Quadro 23 – Posição do limite face à dívida total

Endividamento Municipal 2017 - artº 52º Lei 73/2013, de 03/09

	Receita corrente líquida cobrada
2015	15 257 550,14 €
2016	15 902 657,80 €
2017	16 407 077,29 €
	47 567 285,23 €
Média	15 855 761,74 €
Limite 2018	23 783 642,62 €
Dívida a considerar em 31-12-2018	2 042.691,96€
Dívidas a Instituições de Crédito -MLP	1 419 328,89 €
Dívidas a Instituições de Crédito - CP	284 966,79 €
Fornecedores c/c	111 106,57 €
Fornecedores em Conferencia	31,11 €
Fornecedores imobilizados	48 476,28 €
EOEP	117 714,08 €
Administração Autárquica	10 833,66 €
Outros Credores	706 701,64 €
FAM (não conta para o endividamento)	87 324,75 €
Contribuição do SM, AM e SEL	40.172,57€
Operações Tesouraria (não conta para o endividamento)	69.6639,63 €
SALDO	21.740.950,65€

Entidades contribuem para o endividamento

AIRC	20.503,51 €
Mapicentro	247,00 €
CIMRL	1 386,07 €
CEPAE – Centro de Património da Estremadura	- €
ADAE – Associação de Desenvolvidos da Alta Estremadura	12 408,73 €
ADSAICA – Associação Desenv. Serra D'Aire e Candeeiros	4.502,15€
ENERDURA – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	1 125,11 €
TOTAL	40.172,57 €

Nota: O valor da contribuição das entidades SM, AM e SEL é provisório.

No final do Exercício, verificou-se que a dívida que contribui para o endividamento do Município reduziu em 289.248,86€, circunstância que assegurou que em 31 de dezembro de 2018 existisse margem para endividamento de 21.740.950,65€, conforme explanado no quadro supra.

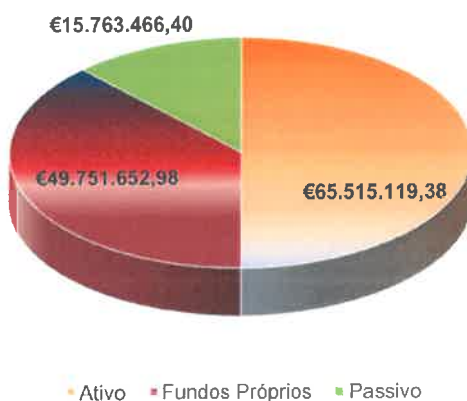
4.10 Análise Patrimonial

Apresenta-se neste ponto uma breve análise à situação patrimonial e financeira do Município de Porto de Mós a 31 de dezembro de 2018, tendo por base os documentos Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se quando oportuno, a comparação com anos económicos anteriores.

4.10.1 Análise do Balanço

No ano 2018 o total do ativo perfaz o montante de 65.515.119,38€. O gráfico abaixo reflete de forma simplificada a confrontação entre o Ativo e a soma do Passivo e dos Fundos Próprios relativos ao ano 2018.

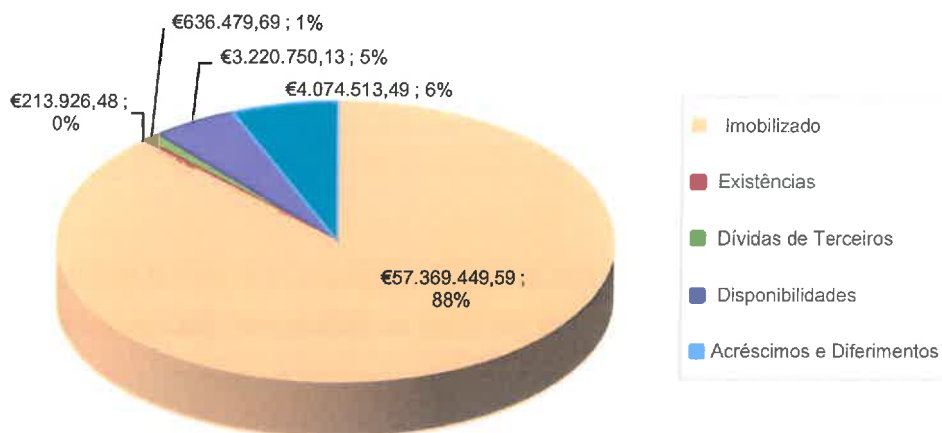
Gráfico 18 – Síntese do Balanço Ano 2018



• ATIVO

O Ativo é composto pelo imobilizado, existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos. O imobilizado é a rubrica que maior peso tem na composição do ativo correspondendo a 57.369.449,59€ cerca de 87,57%, conforme se pode observar no gráfico abaixo.

Gráfico 19 – Composição do Ativo Líquido - Ano 2018



No final do ano 2018 o Ativo Líquido totalizou-se em 65.515.119,38€, tendo registado um ligeiro acréscimo de 0,24% no montante de 159.780,75 € comparativamente ao ano de 2017, mantendo-se a tendência de acréscimo verificada em anos anteriores, conforme demonstra o quadro seguinte.

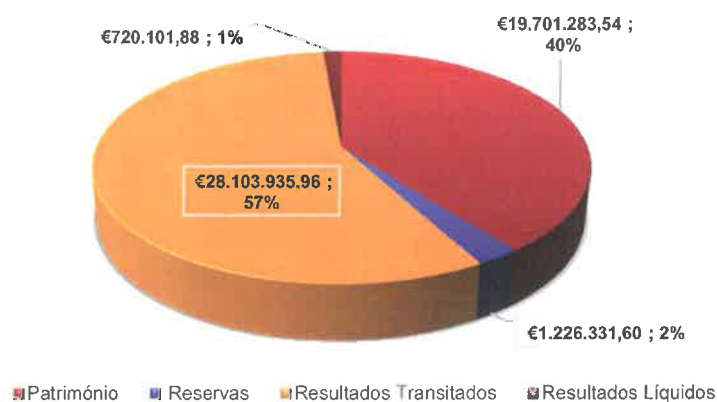
Gráfico 20 – Evolução do Ativo Líquido - Ano 2018



• FUNDOS PRÓPRIOS

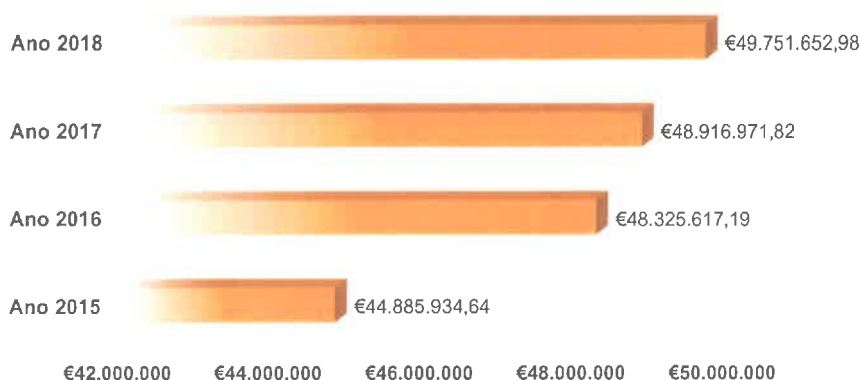
No que concerne aos Fundos Próprios, ascenderam em 2018 ao montante de 49.751.652,98€, para o qual contribuíram o valor dos resultados transitados no valor de 28.103.935,96€ e o valor do património no montante de 19.701.283,54€, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 21 – Composição dos Fundos Próprios - Ano 2018



No exercício de 2018 registou-se um acréscimo de 1,57% em relação ao ano económico transato. Os fundos próprios tem mantido uma linha de crescimento ao longo de vários anos, conforme demonstra o quadro seguinte.

Gráfico 22 – Evolução dos Fundos Próprios

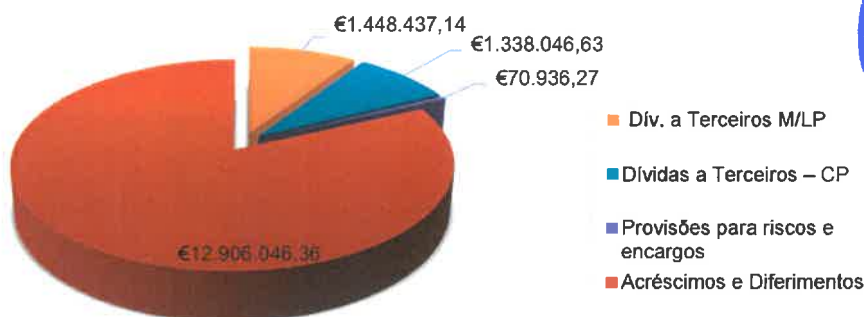


• PASSIVO

O Passivo é composto pelas Dívidas a terceiros Curto, Médio e Longo Prazo, Provisões para riscos e encargos e os Acréscimos e diferimentos.

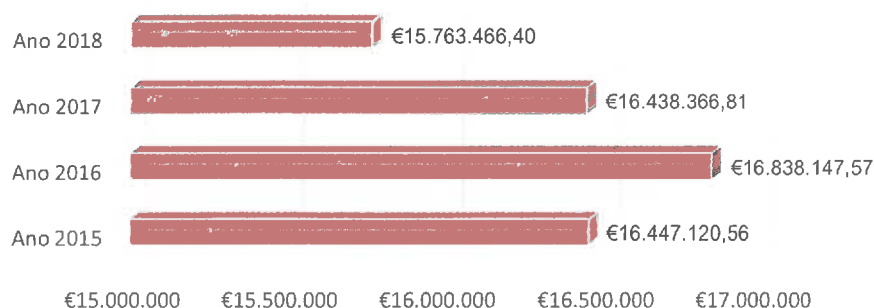
Os acréscimos e diferimentos é a componente do Passivo com maior peso com o montante de 12.906.046,36€, correspondendo a cerca de 81,87%, conforme se pode observar no gráfico abaixo.

Gráfico 23 – Composição do Passivo Ano 2018



Como se pode observar no gráfico abaixo, o valor do Passivo tem vindo a decrescer nos últimos anos, tendo-se registado um decréscimo de 4,11%.

Gráfico 24 – Evolução do montante do Passivo

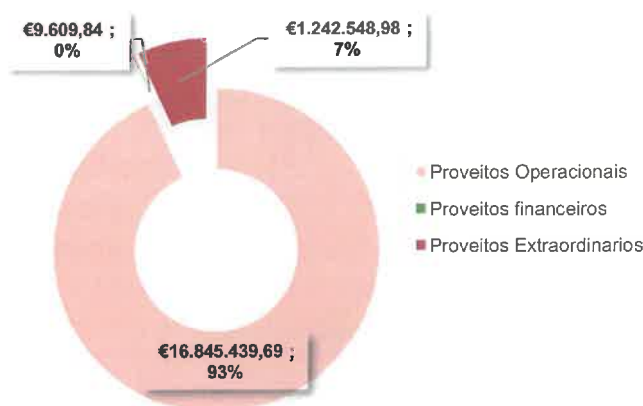


4.10.2 Análise da Demonstração de Resultados

- **PROVEITOS**

O total dos proveitos no final de 2018 ascendeu a 18.097.598,51€. Do gráfico abaixo pode-se concluir que os proveitos operacionais são os que tem maior valor, cerca de 16.845.439,69€, pelo que iremos de seguida fazer uma breve análise a este tipo de proveitos.

Gráfico 25 – Composição dos Proveitos



Da análise do quadro abaixo podemos identificar a tipologia de proveitos incluídos nos proveitos operacionais e a sua evolução ao longo dos últimos anos.

As transferências e subsídios obtidos são os mais relevantes, incluem as transferências provenientes do Orçamento de Estado para o ano 2018, organismos do estado (Direção Financeira da Educação, Direção Geral das Autarquias Locais, entre outros) e também as comparticipações de projetos cofinanciados por fundos comunitários.

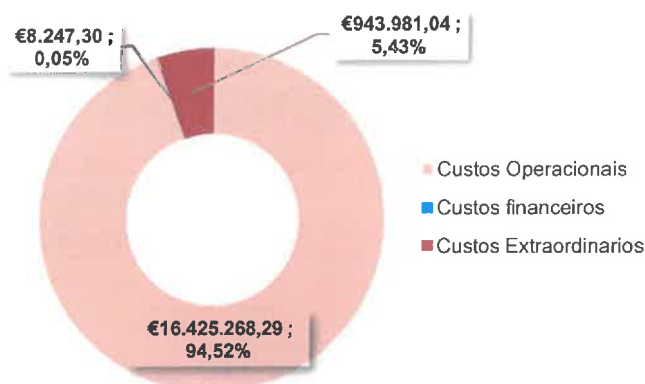
Quadro 24 – Composição dos Proveitos e Ganhos Operacionais, Variação Ano 2018-2017

Conta do POCAL	Proveitos e Ganhos Operacionais	2016 Valor (€)	2017 Valor (€)	2018 Valor (€)	Variação 2018/2017 abs. %	
71	Vendas e Prestações de serviços	2 269 843,28 €	2 699 775,41 €	2 582 434,56 €	- 117 340,85 €	-4,35%
72	Impostos e Taxas	4 442 248,48 €	4 414 824,32 €	4 752 422,42 €	337 598,10 €	7,65%
74	Transferências e Subsídios Obtidos	8 482 038,14 €	8 656 831,77 €	8 532 841,14 €	- 123 990,63 €	-1,43%
76	Outros proveitos e Ganhos Operacionais	1 321 851,50 €	1 102 016,94 €	977 741,57 €	- 124 275,37 €	-11,28%
TOTAL		16 515 981,40 €	16 873 448,44 €	16 845 439,69 €	- 28 008,75 €	-0,17%

• CUSTOS

A conta da classe 6 do POCAL, onde se registam todos os custos e perdas, totalizou no exercício de 2018 o valor de 17.377.496,63 €. Do gráfico abaixo pode-se concluir que os custos operacionais são os que tem maior valor, cerca de 16.425.268,29€.

Gráfico 26 – Composição dos Custos



Da análise do quadro abaixo podemos identificar o tipo de custos incluídos nos custos operacionais e a sua evolução ao longo dos últimos anos. No ano 2018 registou-se um ligeiro acréscimo dos custos operacionais de cerca de 1,47% relativamente ao ano 2017.

Os custos com Fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal e também as amortizações do exercício são os custos e perdas operacionais mais relevantes.

Nos custos operacionais destacam-se os custos com pessoal que tiveram um acréscimo de 6,5% em relação ao ano anterior conforme já justificado.

Quadro 25 – Composição dos Custos e Perdas Operacionais, Variação Ano 2018-2017

Conta do POCAL	Custos e Perdas Operacionais	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
		Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)	abs.	%
61	CMVMC	739.705,48 €	704.786,31 €	634.129,35 €	- 70.656,96 €	-10,03%
62	Fornecimento e Serv. Externos	5.327.617,18 €	5.780.585,57 €	5.708.463,96 €	- 72.121,61 €	-1,25%
63	Transferências e Subsídios correntes concedidos	777.515,85 €	817.030,12 €	906.465,03 €	89.434,91 €	10,95%
64	Custos com Pessoal	4.903.109,97 €	4.911.062,80 €	5.230.040,96 €	318.978,16 €	6,50%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	113.700,82 €	127.637,58 €	123.566,51 €	- 4.071,07 €	-3,19%
66	Amortizações do exercício	3.667.503,35 €	3.732.628,64 €	3.742.432,58 €	9.803,94 €	0,26%
67	Provisões do exercício	13.836,94 €	112.998,78 €	80.169,90 €	- 32.828,88 €	-29,05%
TOTAL		15.542.989,59 €	16.186.729,80 €	16.425.268,29 €	238.538,49 €	1,47%

• RESULTADOS

Ao confrontar o total dos proveitos com o total dos custos obtemos o Resultado Líquido do Exercício, o qual se fixou, no final do ano 2018, em 720.101,88€, mais 156.635,15 € do que no ano transato, tal como podemos confirmar no quadro abaixo.

Quadro 26 – Resultado Líquido do Exercício, Variação Ano 2018-2017

	2016 Valor (€)	2017 Valor (€)	2018 Valor (€)	Variação 2018/2017 abs. %	
Resultados Operacionais (A) (Prov. Operacional - Custo Operacional)	972.991,81 €	686.718,64 €	420.171,40 €	- 266.547,24 €	-38,81%
Resultados Financeiros (B) (Prov. Financeiros - Custos Financeiros)	167.916,79 €	28.093,09 €	1.362,54 €	- 26.730,55 €	-95,15%
Resultados Extraordinários (C) (Prov. Extraordinários - Custos Extraordinários)	297.678,59 €	- 151.345,00 €	298.567,94 €	449.912,94 €	297,28%
Resultado Líquido do Exercício (A + B + C)	1.438.587,19 €	563.466,73 €	720.101,88 €	156.635,15 €	27,80%

4.11 Indicadores de Gestão Financeira e de Execução Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, baseando-se em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Permite comparar a evolução dos diversos agregados ao longo dos anos de 2015 a 2018, facilitando e tornando mais precisa a informação.

Da análise ao quadro abaixo verificamos que o Município de Porto de Mós melhorou em termos globais todos os seus indicadores de gestão, nomeadamente a liquidez imediata com um aumento de 44,25% e a solvabilidade subiu cerca de em cerca de 16%.

A de liquidez geral é o rácio financeiro que mede a capacidade do Município de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo. Fruto da redução da dívida, este rácio revela uma evolução positiva em 2017 e 2018 face aos anos anteriores.

O coeficiente de solvabilidade avalia a capacidade da entidade em liquidar as responsabilidades assumidas, quer a curto quer a M/L prazo, evidenciando o grau de independência relativamente aos credores.

Apresentamos um conjunto de indicadores de gestão e de execução orçamental, obtidos com base nos Documentos de Prestação de Contas.

Quadro 27 - Indicadores de gestão e de Execução Orçamental 2015 – 2018

Rátios Financeiros	2015	2016	2017	2018
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo a Curto Prazo)	487,59%	377,06%	338,98%	304,26%
Liquidez Reduzida ((Ativo Circulante - Existências) / Passivo a Curto Prazo))	337,07%	281,42%	244,73%	288,27%
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo a Curto Prazo)	269,43%	242,76%	196,47%	240,71%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líquido)	73,18%	74,29%	74,96%	75,94%
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo Total)	272,91%	287,00%	299,31%	315,61%
Endividamento (Dividas a terceiros CMLP / Ativo Líquido (a))	9,96%	8,51%	7,26%	5,66%
Estrutura do Endividamento (Dividas a terceiros CP / Ativo Líquido (a))	2,52%	3,16%	3,01%	2,72%
Grau de Dependência dos Empréstimos (Empréstimos CMLP / Ativo Líquido (a))	5,85%	4,73%	4,13%	3,46%

a) Não são considerados os Bens de Domínio Público

Rátios Orçamentais	2015	2016	2017	2018
Rátios de Estrutura da Receita				
Impostos Diretos / Receita Corrente	26,28%	26,41%	26,45%	27,69%
Transferência Correntes / Receitas Correntes	49,88%	48,24%	47,66%	48,36%
Transferência Capital / Receita Capital	74,77%	87,42%	75,97%	84,51%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	16,14%	14,72%	17,40%	16,06%
Receitas Correntes / Receitas Totais	82,36%	76,20%	90,74%	90,95%
Receita de Capital / Receita Total	5,53%	12,95%	9,26%	9,05%
Rátios de Estrutura da Despesa				
Despesa Pessoal / Despesa Corrente	41,12%	40,12%	41,12%	39,68%
Investimento / Despesa Capital	78,50%	86,02%	88,24%	81,03%
Despesa Corrente / Despesa Total	70,19%	67,06%	64,25%	73,30%
Despesa Capital / Despesa Total	29,81%	32,94%	35,75%	26,70%
Rátios Financeiros Orçamentais				
Despesa Pessoal / Receita Corrente	30,76%	30,46%	28,53%	31,24%
Transferências OE / Despesa Total	41,45%	37,90%	39,52%	40,25%
Receita Corrente / Despesa Corrente	133,68%	131,72%	144,16%	126,98%
Receita Capital / Despesa Capital	21,12%	45,58%	26,43%	34,66%
Receita Total / Despesa Total	113,93%	115,93%	102,08%	102,33%
Rátios de Investimento				
Investimento / População Residente (*)	156,47 €	209,75 €	230,39 €	157,49 €
Investimento / Área Municipal (KM2) (*)	14 372,68 €	19 266,74 €	21 163,14 €	14 466,72 €
Rátios Despesa Pública por Habitante				
Despesa Total / População Residente	668,62 €	740,33 €	730,40 €	727,88 €

(*) Considerou-se População residente 24.342 Habitantes (Censos 2011)

(*) Considerou-se área Municipal 265 Km²

4.12 Responsabilidades Contingentes

Tendo por base o conceito de «Responsabilidades contingentes», como dimanado da alínea i) do Artigo 2.º do RFALEI, cumpre registar:

Nada a considerar neste item, no ano em análise.

4.13 Consolidação de Contas

As regras de consolidação de contas foram revistas pelo RFALEI. Nos termos do seu Artigo 75.º, os Municípios são entidade consolidante e devem apresentar contas consolidadas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta.

A presunção de controlo é aferida pela verificação dos seguintes pressupostos:

- a) Quanto a serviços municipalizados e intermunicipalizados: a sua detenção, total ou maioritária;
- b) Quanto a entidades de natureza empresarial: a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. Deverão ainda ser consolidadas as contas das empresas, na proporção da respetiva participação ou detenção, independentemente da percentagem de participação ou detenção que o Município detenha.
- c) Quanto a entidades de outra natureza:
 - i) A verificação de pressupostos de poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - ii) A verificação de pressupostos de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.
- d) A existência de poder de controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:
 - i) A faculdade de vetar os orçamentos;
 - ii) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
 - iii) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
 - iv) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
 - v) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Neste novo figurino legal, e tomando por referência o quadro de participações municipais existente em 31DEZ2018, mapeia-se a responsabilidade de consolidação nos termos do quadro seguinte:

Quadro 28 – Perímetro da consolidação, nos termos do RFALEI

Identificação da entidade		Caracterização da entidade			Presunção de controlo conforme o Artigo 75.º do RFALEI		Proporção da participação ou detenção	Montante da participação ou detenção
NIPC	Designação	Tipo de entidade	CAE	Capital Próprio	Classificação	Objeto de consolidação		
Entidades societárias								
513606181	AdCL - Águas do Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	37002	94 652 655,08 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,20%	81 055,00 €
503811866	Valoris - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.	Sociedade Anónima	38212		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	4,33%	
501638938	Mapicentro Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos, S.A.	Sociedade Anónima	10110	500,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,01%	230,00 €
Entidades não societárias								
501627413	ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	94110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,32, %	
506125890	Open - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,10%	
508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	Comunidade Intermunicipal	94995		Entidade consolidante	Não	10,00%	
505074737	ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	5,44%	
502500867	ADSAICA - Associação de Desenvolvimento de Serra de Aire e Candeeiros	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	91042		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	10,00%	
501378669	AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Associação de Municípios de fins específicos	63110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	3,09%	
503725099	Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	13,33%	

No quadro de participações registadas, a obrigatoriedade de consolidação de contas, no Exercício de 2018, não se coloca a necessidade de proceder á consolidação de contas porquanto a única empresa suscetível de tal operação financeira - WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM S.A., foi objeto de dissolução por partes dos seus órgãos próprios no decorrer do ano de 2018, assumindo este Município a perda do capital social subscrito, no valor de 7.500,00 €, conforme demonstrações financeiras. Este assunto foi objeto de deliberação da Câmara Municipal de Porto de Mós em 28/03/2019 e será submetido á apreciação da Assembleia Municipal, juntamente com os “Documentos de prestação e contas do ano de 2018”.

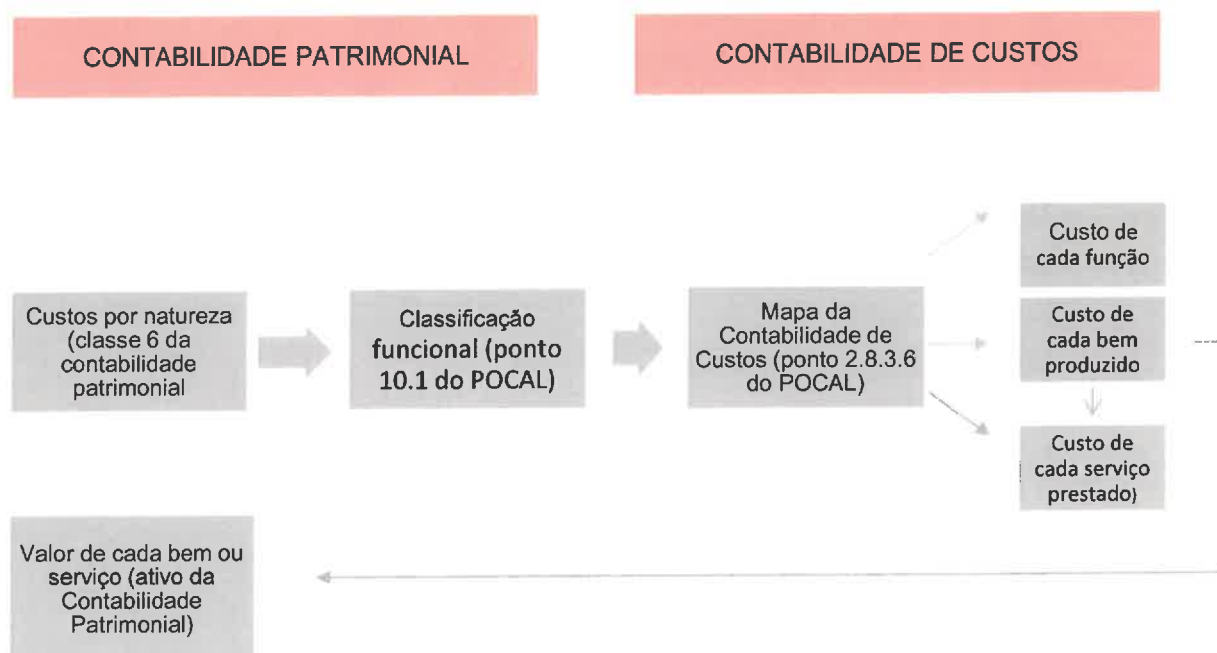
4.14 Contabilidade de custos

Em cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, este Município tem desenvolvido desde o ano 2008 o sistema de contabilidade de custos.

Este sistema tem por objetivo o controlo dos custos e pretende ser uma fonte de informação que facilite e oriente a tomada de decisões do executivo.

A contabilidade de custos surge como um sistema complementar de informação à contabilidade orçamental e à contabilidade patrimonial, visando apurar o valor real do custo das atividades da autarquia e fornecer toda a informação necessária ao planeamento e ao controlo da gestão municipal.

Assim as várias contabilidades funcionam em conjunto:



A contabilidade de custos é transversal a toda a atividade municipal, desde à gestão de stocks, à gestão do pessoal, passando pelo património municipal, são alguns dos exemplos onde a contabilidade de custos vai absorver dados em prol de uma informação verdadeira e adequada.

Com o decorrer do tempo, a contabilidade de custos tem sido melhorada e ajustada à realidade operacional da organização, pois a contabilidade de custos é dinâmica e deve ser modelada ano após ano. Tem evoluído em termos de abrangência e em qualidade de informação importante para a tomada de decisão do executivo municipal.

Ao longo do ano 2018, continuou-se a melhorar e aprofundar este sistema de contabilidade, o que permitiu o apuramento dos custos e proveitos do Município por bens e serviços.

Os bens e serviços estão organizados de acordo com o classificador funcional das despesas estipulado no ponto 10.1 do POCAL.

- 1 Funções Gerais
- 110 Serviços gerais de administração pública
- 111 Administração geral
- 120 Segurança e ordem públicas
- 121 Proteção civil e luta contra incêndios
- 122 Polícia municipal
- 2 Funções sociais
- 210 Educação
- 211 Ensino não superior
- 212 Serviços auxiliares de ensino
- 220 Saúde
- 221 Serviços individuais de saúde
- 230 Segurança e ação sociais
- 231 Segurança social
- 232 Ação social
- 240 Habitação e serviços coletivos
- 241 Habitação
- 242 Ordenamento do território
- 243 Saneamento
- 244 Abastecimento de água
- 245 Resíduos sólidos
- 246 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza
- 250 Serviços culturais, recreativos e religiosos
- 251 Cultura
- 252 Desporto, recreio e lazer
- 253 Outras atividades cívicas e religiosas
- 3 Funções económicas
- 310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca
- 320 Indústria e energia
- 330 Transportes e comunicações
- 331 Transportes rodoviários
- 332 Transportes aéreos
- 333 Transportes fluviais
- 340 Comércio e turismo

341	Mercados e feiras
342	Turismo
350	Outras funções económicas
4	Outras funções
410	Operações da dívida autárquica
420	Transferências entre administrações
430	Diversas não especificadas

O Município de Porto de Mós não tem realizado obras por administração direta e optou por espelhar nos bens da contabilidade de custos os vários edifícios municipais com o intuito de apurar os custos de cada um deles. No que diz respeito aos serviços, estes refletem as principais atividades, eventos e projetos desenvolvidos nas várias áreas de atuação do Município.

Atualmente esta fonte de dados úteis à gestão verifica-se nas áreas da educação, da cultura, do abastecimento de água entre outros serviços e com centros de custos criados para responder às necessidades crescentes.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

Repartição dos Custos

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

A imputação dos custos indiretos efetua-se, após o apuramento dos custos diretos por função, através de coeficientes.

Estabelece o Ponto 2.8.3 do POCAL que:

1. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções;
2. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada bem e serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Apuramento dos custos

O POCAL estabelece, no seu ponto 2.8.3.6 e no ponto 12.3, as diferentes fichas que servem de base para o apuramento dos custos municipais durante cada exercício.

Estas fichas são:

- CC-1: Materiais;
- CC-2: Cálculo custo/hora de mão-de-obra;
- CC-3: Mão-de-obra;
- CC-4: Cálculo custo/hora de máquinas e viaturas;
- CC-5: Máquinas e viaturas;
- CC-6: Apuramento de custos indiretos;
- CC-7: Apuramento de custos de bem ou serviço;
- CC-8: Apuramento de custos diretos por função;
- CC-9: Apuramento de custos por função.

Neste apuramento haverá sempre várias tarefas a realizar. A primeira irá dividir o total dos custos ocorridos no exercício pelos custos diretos e indiretos, respeitando e preenchendo as fichas CC-1 a CC-6. Após esta divisão e reclassificação de custos, estes devem ser imputados às diferentes funções, conforme a classificação funcional anteriormente referida, dando origem ao preenchimento da CC-9. Por sua vez, com a classificação por função e a divisão por custos diretos, é possível preencher os CC-8. Realizadas estas tarefas e com os mapas CC-1 a CC-6, CC-8 e CC-9 preenchidos, é a vez de apurar os custos de cada bem ou serviço na ficha CC-7.

A introdução de todas as fichas CC do apuramento do exercício neste documento seria incomensurável, por exemplos só nas fichas CC-7: Apuramento de custos de bem ou serviço, o programa gera 211 páginas.

Assim e para manter a comparação com anos anteriores procedemos apenas à análise dos custos por funções.

Como já foi referido anteriormente, a estrutura das funções adotada no âmbito da contabilidade de custos é semelhante à classificação funcional da despesa apresentada nos pontos 2.5.1 e 10.1 do POCAL.

Existem quatro funções: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e outras Funções, cujos custos se apresentam no seguinte quadro:

Quadro 29 - Apuramento de custos por função

Funções	Custos Totais			Variação 2018-2017	Peso das Funções no Total dos Custos		
	2016	2017	2018		2016	2017	2018
1 Funções Gerais	3.121.432,22	3.712.250,91	3.317.439,47	-10,64%	20,42%	20,83%	20,12%
111 Administração geral	2.878.652,17	3.415.218,11	2.864.784,03	-16,12%	18,83%	19,16%	17,37%
120 Segurança e ordem públicas	15.744,24	13.508,52	-	-100,00%	0,10%	0,08%	0,00%
121 Proteção civil e luta contra incêndios	227.035,81	283.524,28	452.655,44	59,65%	1,49%	1,59%	2,75%
2 Funções Sociais	9.080.699,79	10.922.119,57	9.915.330,41	-9,22%	59,40%	61,28%	60,14%
210 Educação /211 Ensino Não Superior	2.029.519,89	2.851.429,89	2.194.348,43	-23,04%	13,28%	16,00%	13,31%
212 Serviços auxiliares de ensino	947.724,04	989.973,98	1.066.333,68	7,71%	6,20%	5,55%	6,47%
220 Saúde	18.362,10	31.398,24	21.805,05	-30,55%	0,12%	0,18%	0,13%
232 Ação social	275.308,98	382.154,16	304.966,03	-20,20%	1,80%	2,14%	1,85%
242 Ordenamento do Território	151.979,98	140.936,03	65.109,08	-53,80%	0,99%	0,79%	0,39%
243 Saneamento	1.106.931,95	1.120.868,91	1.096.071,14	-2,21%	7,24%	6,29%	6,65%
244 Abastecimento de água	1.352.599,76	1.836.002,72	1.578.293,88	-14,04%	8,85%	10,30%	9,57%
245 Resíduos sólidos	998.598,29	958.291,91	1.012.226,38	5,63%	6,53%	5,38%	6,14%
246 Proteção meio ambiente e cons. Natureza	517.668,78	511.758,02	545.762,16	6,64%	3,39%	2,87%	3,31%
251 Cultura	860.892,67	1.103.626,52	1.206.169,67	9,29%	5,63%	6,19%	7,32%
252 Desporto, recreio e lazer	775.419,93	964.271,11	803.580,79	-16,66%	5,07%	5,41%	4,87%
253 Outras atividades cívicas e religiosas	45.693,42	31.408,08	20.664,12	-34,21%	0,30%	0,18%	0,13%
3 Funções Económicas	2.785.515,50	2.869.340,39	2.759.291,50	-3,84%	18,22%	16,10%	16,74%
320 Indústria e energia	868.194,16	872.590,09	955.679,83	9,52%	5,68%	4,90%	5,80%
331 Transportes rodoviários	1.885.326,17	1.971.612,61	1.775.455,89	-9,95%	12,33%	11,06%	10,77%
341 Mercados e feiras	27.388,82	25.137,69	28.155,78	12,01%	0,18%	0,14%	0,17%
342 Turismo	4.606,35	-	-	-	0,03%	0,00%	0,00%
4 Outras Funções	299.010,29	319.360,64	496.035,25	55,32%	1,96%	1,79%	3,01%
410 Operações da dívida autárquica	-	3.761,57	6.633,18	76,34%	0,00%	0,02%	0,04%
420 Transferências entre Administrações	299.010,29	315.599,07	489.402,07	55,07%	1,96%	1,77%	2,97%
Total	15.286.657,80	17.823.071,51	16.488.096,63	-7,49%			

Da análise do quadro supra, apuramento de custos por função, verificamos que se registou um decréscimo de 7,49%, cerca de 1.334.974,88€.

De referir que as funções com maior relevância nos custos totais do Município são as funções sociais. Dentro destas tem maior peso a educação, com 13,31%, seguida do abastecimento de água. As funções gerais representaram, no ano 2018, 20,12% dos custos totais. Dentro das funções económicas, a que tem maior peso é a relacionada com os transportes rodoviários com cerca de 10,77% dos custos totais.

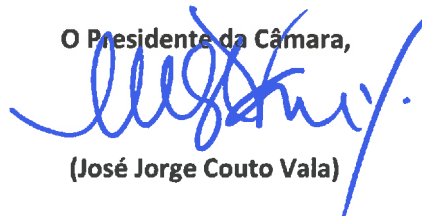
4.15 Resultado Líquido do Exercício

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se seja aprovado o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 720.101,88 € e que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

- Que o mesmo seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados;
- Que a conta 59 – Resultados Transitados reforce as Reservas Legais no montante de 72.010,88€ (10% do resultado líquido);
- Que o saldo da conta 51-Património, por ser superior ao limite mínimo imposto pelo POCAL (20,00% do Ativo Líquido), não seja objeto de reforço.

Município de Porto de Mós, 31 de Março de 2019,

O Presidente da Câmara,



(José Jorge Couto Vala)